

## PERIGO À DIREITA

O POVO E AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS têm registado nos últimos tempos importantes êxitos na consolidação da democracia e no caminho da descolonização. Desde o 25 de Abril, por diversas vezes e por diversas formas, as forças reaccionárias têm procurado comprometer ou interromper o processo de democratização em curso, pôr em causa as liberdades acusadas de «anarquia» e fazer regressar o País ao passado de opressão e terror. Manobras provocatórias, acções de diversão, demagogia social, sabotagem económica, histórica propaganda anticomunista, têm sido porém contidas pela força imensa da torrente democrática em que participam povo e militares. As liberdades têm-se mantido e consolidado.

O fim da guerra colonial, a vitória alcançada pelo povo da Guiné-Bissau em acordo fraternal com o povo português e o acordo de Lusaka constituem, por sua vez, marcos históricos na caminhada nova e exaltante do povo português libertado do fascismo para a construção de uma nova sociedade e de uma nova vida.

Os sucessos são grandes. Devem ser sublinhados e vitorizados. Constituem motivo de inabalável confiança no futuro.

Seria porém erro imperdoável se se esquecessem ou menosprezassem as dificuldades de todo o processo em curso e os perigos que o cercam. Poderia ser fatal a divisão das forças democráticas, a quebra da aliança com as Forças Armadas, a diminuição do apoio e activo apoio popular ao Governo Provisório.

Na situação actual são indispensáveis extrema maleabilidade, serenidade, avaliação de forças, definição correcta de objectivos. Num processo revolucionário tão irregular como o actual, impõe-se saber avançar e saber recuar, saber consolidar os sucessos, saber encontrar as justas respostas aos problemas do dia a dia de forma a assegurar o caminho para um regime democrático. Impõe-se em cada momento saber distinguir o amigo e o aliado do inimigo que combate a democratização e a descolonização. E sempre e sempre, olhar vigilante à direita, de onde vem o real perigo.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS LIBERDADES continua a marcar a situação política com a consagração de conquistas essenciais. Sem dúvida que nem a lei da greve e do «lock-out», nem a relativa ao direito de reunião satisfazem plenamente os trabalhadores e os democratas. Mas, no seu todo, dão larga e segura margem ao exercício de direitos e liberdades de que o povo esteve privado longos anos.

Só quem queira criar confusão, e contrariar a democratização pode definir como linha de actuação, não o exercício das liberdades e direitos reconhecidos, mas o afrontamento directo e ilegal à nova legalidade democrática.

O PCP, pela sua parte, continuará a batalhar para que as liberdades e direitos sobre os quais estão diplomados em preparação (liberdade de imprensa, direitos de associação, de organização sindical e de partidos políticos, etc.) sejam tão largos quanto possível e nessa batalha faz mais do que alguns exaltados demagógicos pseudo-revolucionários. Procurará também, no respeito pelas novas leis, que as liberdades e direitos sejam amplamente exercidos. Nenhuma outra força política tem desenvolvido mais esforços pelo reconhecimento efectivo das liberdades e direitos, pela sua defesa contra a reacção, pela sua estabilidade e irreversibilidade. Tal atitude é ao mesmo tempo acompanhada pela firme exigência do carácter verdadeiramente democrático das leis institucionais.

Neste sentido, causa apreensão o que possa vir a ser a lei eleitoral. Todo o povo põe a esperança em eleições realmente livres para a Assembleia Consti-

(Continua na pág. seguinte)

## PASSOS HISTÓRICOS PARA UMA FRATERNAL ALIANÇA ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE

A Nação moçambicana vive dias decisivos.

Estabelecendo formas de imediata transferência de poderes para a Frelimo, os Acordos de Lusaka abriram um caminho real para que o povo de Moçambique tome em suas mãos o destino do país, em fraternal aliança com o povo de Portugal.

O PCP, manifestando o seu apoio aos acordos de Lusaka, sublinha o grande significado da radical viragem que pode ser imprimida às relações entre os dois países e povos.

Uma histórica oportunidade se abre a Portugal para criar relações de novo tipo, na liberdade e igualdade, com o povo de Moçambique.

É dever de todos os patriotas portugueses tudo fazer para que esta ocasião histórica não seja perdida, e conduza, sim, a uma fraternal aliança de dois povos livres e iguais.

Amplas perspectivas

A conclusão do Acordo de Lusaka é mais um brilhante exemplo da forma enérgica responsável e sincera como o Governo Provisório está levando avante o processo de descolonização.

Os dezanove pontos do Acordo reconhecem os direitos do povo moçambicano e do seu legítimo representante: a Frelimo. Ao mesmo tempo são salvaguardados os interesses legítimos dos portugueses estabelecidos em Moçambique.

Estabelecendo o cessar-fogo entre as Forças Armadas portuguesas e a Frelimo a partir do passado dia 8 o acordo pôs fim a uma das odiosas guerras coloniais impostas ao nosso país pela ditadura fascista. Ao mesmo tempo são concretizados alguns dos pontos imediatos essenciais que permitirão

(Continua na pág. seguinte)



NAS TERRAS DA GUINÉ-BISSAU GANHA-SE A BATALHA DA PAZ  
Reportagem do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues (Pág. 8)

## CONCENTRAÇÃO DE APOIO À FRELIMO E CONTRA AS MANOBRAS DA REACÇÃO

COMITE LOCAL DE LISBOA



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES

todos aos Restauradores  
13 de Setembro 19,30

## A DELEGAÇÃO DO PAIGC NO CENTRO DE TRABALHO DO PCP

Os delegados do PAIGC que vieram a Portugal para assistir à assinatura do protocolo que reconhece a República da Guiné-Bissau visitaram, no dia 11, pela manhã, o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português.

Pedro Pires e Victor Saúde Maria, ambos do Comité Executivo da Luta do PAIGC e Arafan Mané, comandante militar, foram recebidos e realizaram conversações com uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Octávio Pato, membro do Secretariado do Comité Cen-

tral e Aurélio Santos e Raimundo Narciso, membros suplentes do Comité Central.

Foi transmitido, ao Comité Central do PCP, um convite do Conselho Superior da Luta do PAIGC para o envio de uma delegação, com a participação do camarada Alvaro Cunhal, para tomar parte nas comemorações que se realizarão no próximo dia 24 de Setembro, na República da Guiné-Bissau, comemorando o aniversário da proclamação da independência.

Este encontro realizou-se na linha das tradições de fraternal amizade e solidariedade recíproca criadas entre os dois partidos nos anos difíceis da luta de liberta-

e uma vitória também do povo português, das forças democráticas portuguesas e designadamente do PCP que, nas mais difíceis condições, lutou sempre contra a guerra colonial e o colonialismo.

Informa-se que foi reafirmada a decisão dos dois Partidos de alargarem e intensificarem as suas relações, contribuindo para que uma nova era comece nas relações de amizade fraternal entre o povo português e o povo da Guiné-Bissau, nas relações de amizade e estreita cooperação entre o Estado Português e o Estado da Guiné-Bissau, fundadas nos princípios da igualdade, do respeito pelos interesses mutuos, de não intervenção nas questões internas, da independência e soberania nacionais.

## CONSIDERAMOS O PCP COMO ALIADO DO NOSSO POVO — declarou ao «Avante!» o chefe da delegação do PAIGC

A nossa presença aqui é também um acto de solidariedade para com todos os portugueses que lutaram pela liquidação do fascismo em Portugal e pelo fim da dominação colonial em África. — afirmou o comandante Pedro Pires, durante a entrevista de imprensa dada no aeroporto, à chegada a Lisboa da delegação do PAIGC.

Respondendo a uma pergunta da reportagem do «Avante!» sobre a apreciação do PAIGC e do povo da Guiné em geral quanto à contribuição do povo português na luta contra o colonialismo, o chefe da delegação do PAIGC acrescentou ainda: «Nós sempre dissemos que nunca confundimos o povo português com o colonialismo português. Consideramos o povo português como nosso aliado e consideramos todas as forças progressistas que em Portugal lutaram e lutam pela democracia e pela liquidação do colonialismo em África como nossos aliados. É nesse pé que consideramos também o Partido Comunista Português como aliado do nosso povo, aliado do nosso Partido, na luta pela construção dum futuro próspero e da liberdade.»

A sua chegada ao aeroporto a delegação da República da Guiné-Bissau foi recebida pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Interterritoriais. Esteve presente também uma representação do nosso Partido, chefiada pelo camarada Domingos Abrantes, do CC



O encontro fraternal das duas delegações

BENTO GONÇALVES evocado pelos trabalhadores do Arsenal do Alfeite no aniversário da sua morte (NA PÁG. 5)

## UMA SURPRESA — OU TALVEZ NÃO...

A notícia de que 14 capitalistas («empresários»... do MDE/S) se propõem realizar conjuntamente 104 projectos, que totalizariam 120 milhões de contos de investimento nos próximos 5 anos, começa por ser, aparentemente, uma surpresa.

Surpresa por se encontram irmanados no MDE/S capitalistas conhecidos como inimigos irreconciliáveis de longa data (casos do Grupo CUF e do Grupo Champalmaud por exemplo) e que logo após o 25 de Abril parecem ter estabelecido subitamente tréguas.

Surpresa pelo facto de os maiores grupos económicos anunciarem estar hoje dispostos a fazer investimentos vultuosos, quando há pouco mais de quatro meses eles (ou os seus tecnocratas) repetiam com insistência que o

plam, foram incluídos não só alguns investimentos já previstos antes do 25 de Abril como outros que já estão em curso de realização. Para não falar já dos projectos (e não são poucos) que não passam de simples e vagas intenções de investimento, sem estudos válidos já feitos e que não podem ser realizados a correr.

Para terminar: há projectos cujo início da construção das instalações está previsto para 1980 e anos seguintes e, portanto, não estarão concluídos dentro dos 5 anos anunciados, mas sim, na melhor das hipóteses, dentro de 8 ou 10.

2 — E hábito dos empresários capitalistas, em Portugal

e fora dele, apresentarem com intenção de investimento um certo montante e, na prática, acabarem por concretizar metade ou menos ainda desse valor. Poder-se-á pois avaliar em 60 milhões de contos (50 por cento de 120 milhões de contos) o investimento em 5 anos, no caso de o plano MDE/S ir para a frente.

3 — Mas estarão de facto os capitalistas que formaram o MDE/S dispostos a investir, com o dinheiro dos seus bancos, dos seus «holdings», uma tal quantia?

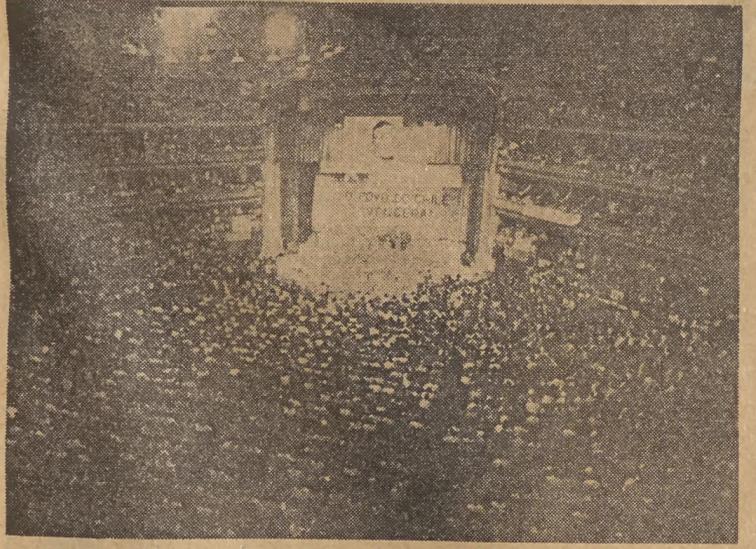
Quando o capitalista quer montar uma fábrica, o seu plano de investimentos abrange as despesas de construção de instalações, de compra de maquinaria, etc. Em regra, tais despesas só em parte são pagas directamente (isto é, financiadas) pelos recursos próprios dos capitalistas. O restante é financiado através de adiantamentos de fornecedores e outros empréstimos. Nestes, a maior parte são financiados directa ou indirectamente, sobretudo através dos depósitos acumulados em bancos, que os grandes grupos económicos controlam. Se partirmos da hipótese de que 15 por cento dos investimentos são financiados por recursos próprios dos capitalistas (percentagem que deve até ser um pouco superior à realidade), teremos que haverá 9 milhões de contos (15 por cento de 60 milhões de contos) de investimentos efectivamente feitos pelos promotores do MDE/S, em 5 anos, se os seus planos fossem para a frente.

Assim, depois de examinados estes factos, bem se pode fazer, quanto ao plano MDE/S, que a «montanha pariu um rato».

Um exemplo, para tornar as coisas mais claras

Dissemos atrás que parte do financiamento dos grandes grupos económicos é feito por todos nós. Através de um só exemplo, poderemos constatar esse facto:

Como sabemos, a actividade de um banco consiste essencialmente em captar depósitos para emprestar moeda.



## SEMANA DE SOLIDARIEDADE AO POVO CHILENO

O espectáculo realizado ontem, no Coliseu dos Recreios, e a que assistiram cerca de oito mil pessoas, constituiu um digno encerramento da Semana de Solidariedade do Povo Chileno, promovida por numerosas organizações democráticas. Na pág. 7, «Avante!» dá notícia do que foi uma grandiosa demonstração do espírito internacionalista do Povo Português e da capacidade de mobilização e iniciativa das forças democráticas que nela se empenharam

# PASSOS HISTÓRICOS O DESAFIO DE L. MARQUES

(Continuado da 1.ª pág.)  
lançar as bases de uma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambiques.

## Cumprir o acordo — dever de honra para Portugal

Compreende-se que a assinatura do Acordo de Lusaka tenha provocado uma onda de furor nos círculos reacconários.

A reacção portuguesa sentiu fugir-lhe debaixo dos pés uma das suas principais bases de apoio.

Da maior importância para cortar terreno às manobras e ataques abertos contra o acordo tiveram as medidas oficiais referentes à sua rã-

pidada aprovação pública, por todos os órgãos do Estado português, a firmeza com que foi anunciada a determinação de o aplicar integralmente, a imediata nomeação do contra-almirante Vítor Crespo como alto-comissário.

Cumprir agora, fiel e coerentemente as condições do acordo, sem manobras ou interpretações que o falseiem, é um dever de honra de Portugal.

O Acordo de Lusaka como sublinha o seu texto, «abre uma nova página na história das relações entre os dois países e povos».

Não podemos permitir que essa nova página seja rasgada.

A hora em que era assinado o histórico Acordo de Lusaka, tentou o colonialismo jogar uma cartada de força, ainda com o golpe de mão do bando fascista que ocupou as instalações do Rádio Clube de Moçambique.

Não foi um simples acto de desespero dos únicos vencidos desta guerra: os racistas e colonialistas fanáticos.

Foi mais uma criminosa provocação, enquadrada nas ofensivas que, sucessivamente, as forças reacconárias têm lançado contra o processo de democratização em Portugal e de descolonização em África.

O cálculo e a esperança dos dirigentes do golpe de mão de Lourenço Marques estava no desencadeamento dum processo que fizesse alastrar a sua «rebelião» não só a ou-

tras zonas de Moçambique como também a Angola, com um choque que eles esperavam repercutir-se em Portugal, fazendo entrar em jogo possíveis convicções, para pôr em causa todo o caminho já percorrido pelo povo português desde o 25 de Abril.

Tais planos e previsões, o estrangeiro, eram, aliás, abertamente propalados na imprensa conservadora e reacconária, sendo bem conhecidos casos de jornais que encomendaram a correspondentes cobertura fotográfica para os acontecimentos que se iriam registar em Portugal.

Uma vez mais — as esperanças da reacção saíram goradas. Nem mesmo em Moçambique a grande massa dos colonos (que tem revelado uma justa compreensão dos problemas e simpatia pela FRELIMO) deu apoios à aventura do Rádio Clube, encabeçada por criminosos como Roxo e traidores como Kavandame, agentes do colonialismo como Joana Simão. Em Angola, só esporádicos episódios idênticos aos de Lourenço Marques se registaram.

A rápida ratificação do Acordo de Lusaka pelo Presidente da República, após consulta ao Conselho de Es-

tado e Junta de Salvação Nacional, a decisão e clareza das posições e medidas do Governo Provisório, do Estado-Maior das Forças Armadas e do Movimento das Forças Armadas, a serena firmeza da FRELIMO — desarticularam a manobra contida no motim de Lourenço Marques. O «putch» do Rádio Clube ficou reduzido a mais uma sangrenta confrontação, que custou mais vidas e mais sangue a somar às inúmeras vítimas dos 14 anos de guerras coloniais.

A derrota da reacção não pode, no entanto, deixar esquecer as condições em que fermentam e se organizam aventuras deste tipo.

A preparação e execução do assalto de Lourenço Marques foi possível porque os fascistas que o organizaram e os criminosos que o comandaram podiam andar à solta na cidade (reforçados pelas centenas de pides que foram postos em liberdade durante os últimos meses, em Moçambique).

A exigência do saneamento dum rigoroso saneamento, e de medidas efectivas contra os agentes da reacção que desafiam o regime democrático surge, depois deste «putch» falhado, como mais imperiosa ainda.

## FRELIMO: O PARTIDO DO POVO MOÇAMBICANO

«O Partido de Moçambique é a FRELIMO, apoiada pelo povo. Nós não temos dúvidas, em Lisboa, que o Partido, o grande partido de Moçambique, é a FRELIMO.»

(Do Programa)

Esta declaração, feita pelo contra-almirante Vítor Crespo, alto comissário para Moçambique, à sua partida de Lisboa, é um reconhecimento lúcido e realista do papel desempenhado pela FRELIMO em Moçambique, como força política de vanguarda e representante autêntico do povo moçambicano.

A partir do próximo dia 15 — deverá a FRELIMO passar a ter uma função determinante na condução da vida política de todo o Moçambique, com a formação do Governo de Transição, no qual lhe cabem a designação do primeiro-ministro e de dois terços dos ministros.

Interessa, em tais condições, recordar alguns dos pontos do Programa e das posições políticas da FRELIMO — designadamente no que se refere às relações com Portugal e os portugueses —, demonstrando o alto sentido político que a orienta.

«As condições moçambicanas, construídas na base da igualdade de todos os moçambicanos e do respeito pelas particularidades regionais.»

(Do Programa)

«A Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de moçambicano não se define pela cor da pele, mas pela identificação voluntária com as aspirações da nação moçambicana.»

(Acordo de Lusaka)

«Acordos especiais regularão numa base de reciprocidade o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique e dos cidadãos moçambicanos residentes em Portugal.»

(Acordo de Lusaka)

«O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da integridade do território de Moçambique, contra qualquer agressão.»

(Acordo de Lusaka)

«O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial.»

(Acordo de Lusaka)

«A Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, e o Estado português, desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases duma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique.»

(Acordo de Lusaka)

Estas posições políticas da FRELIMO são, para o povo português, uma garantia da seriedade com que a força dirigente do povo moçambicano encara as suas responsabilidades. São, para os portugueses de Moçambique, uma garantia de que os seus legítimos interesses serão salvaguardados, desde que eles respeitem os interesses da nação moçambicana. São, para as forças democráticas portuguesas, uma confirmação de que, na FRELIMO, têm um aliado na grande tarefa do estabelecimento de novos laços entre Portugal e Moçambique.

«O povo moçambicano quer viver em paz. O nosso povo quer governar-se a si mesmo, recolhendo ele próprio os seus dirigentes que elevem o seu nível de vida e construam ele próprio a sua economia. O nosso povo quer igualdade nas relações sociais e económicas, quer seguir e desenvolver a sua cultura. O nosso povo quer viver num Moçambique independente, próspero, evoluído e democrático.»

(Do Programa)

«A FRELIMO propõe-se eliminar todas as causas de divisão entre os diferentes grupos étni-

## RAUL ROA EM LISBOA

Raul Roa, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, esteve em Lisboa para uma curta visita de trabalho.

Ainda no aeroporto — onde foi recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, representantes das embaixadas da URSS, da RDA e de Cuba e pelo camarada Aurélio Santos, que representava o PCP — o camarada Raul Roa dirigiu uma saudação especial ao nosso Partido tendo declarado: «Avante!»

«Para o Partido Comunista Português uma saudação fraterna em nome do nosso Partido, do nosso Governo, da nossa Revolução e em especial de Fidel Castro.»

Durante a sua breve estadia, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba teve um encontro com o camarada Alvaro Cunhal

### INICIATIVAS EDITORIAIS

## LENINE SOBRE OS SINDICATOS

Uma recolha de textos de Lenine sobre o tema

N.º 4 dos Cadernos Pontos de Vista

Preço 30\$00

## Editorial

(Continuado da 1.ª pág.)

tuíte. Isso significa genuinidade e seriedade dos cadernos eleitorais, da fiscalização e do voto. Se se concedesse, por exemplo, o voto aos emigrantes que vivem em países onde imperam ditaduras reacconárias e se se admitisse que votassem não em Portugal, mas nos consulados ou por correspondência (!) isso nada teria a ver com democracia, antes seria o repetir de métodos desacreditados e de cozinhos eleitorais e um factor de falseamento do resultado eleitoral.

Diversos factores contraditórios intervem impulsionando ou travando a democratização. Na definição do sistema democrático provisório vão-se abrindo possibilidades e traçando contornos e limites. A batalha pela liberdade continua.

**A** DEMOCRATIZAÇÃO E A DESCOLONIZAÇÃO têm como principal inimigo as forças reacconárias. Em Portugal, elas desenvolvem uma intensíssima campanha contra as forças democráticas, contra o MFA, contra o Governo Provisório. O anticomunismo, como já foi afirmado, tem como alvo principal o PCP, porque este é indiscutivelmente a primeira grande força política popular. Mas visa também todas as outras forças democráticas. Organizações do CDS fingem não compreender que o pretexto da acusação de «comunistas» serve, não apenas para atacar os comunistas, mas para, com tal acusação, justificar o combate a todas as forças que lutam contra os reacconários. No tempo do fascismo, nenhum democrata consequente se livrou de ser apelidado de «comunista». Hoje a reacção recomeça a mesma grosseira tática. O próprio CDS, se porventura viesse a defender uma política consequente de defesa da liberdade e do progresso social, seria também um dia, por muito absurdo que pareça, acusado de «comunista»...

A reacção não se limita, porém, à propagação. Ela utiliza armas políticas e económicas para entrar no processo. Ela organiza-se. Ela conspira. Ela encontra facilidades, inclusive nas próprias prisões onde se encontra a Pide. E que ninguém duvide de que, se a reacção pudesse, daria um golpe de força e não pouparia nem liberdades, nem direitos, nem vidas.

O motim reacconário de Lourenço Marques mostra serem de esperar as piores aventuras e os piores crimes das forças da reacção. É um aviso e um aviso sério. Portugal não está ao abrigo de acções desesperadas, de violências, de provocações da direita reacconária. Não se deve mansamente esperar o primeiro golpe criminoso para só depois se tomarem sérias medidas de vigilância, defesa, segurança e contenção das forças reacconárias.

Numa tal situação, é pelo menos estranho que alguém aponte e saliente, como um suposto perigo, a extrema-esquerda, e que se insinue que a ameaça às liberdades viria, não da reacção da direita (única força que a ameaça), mas de uma suposta ameaça de uma «ditadura totalitária da esquerda». O esquema é velho e demasiado conhecido para que possa iludir o nosso povo.

Os comunistas constituem hoje uma das forças mais decisivas no processo de democratização e descolonização. O objectivo político fundamental do PCP, como muitas vezes se tem afirmado, é a transformação desta situação democrática provisória em que vivemos num regime democrático estável sólido, ao abrigo de um golpe fascista. Nenhuma outra força que o PCP luta para que sejam garantidas e defendidas as liberdades, para que não mais as liberdades sejam roubadas ao nosso povo. Ninguém mais que o PCP luta para que as eleições sejam verdadeiramente livres de forma a traduzirem a vontade do povo português. O PCP tem declarado que tudo fará para a instauração e a defesa de uma ordem democrática e que respeitará a vontade do povo livremente expressa.

As manobras, calúnias e mentiras da reacção devem ser desmascaradas. As suas conspirações detectadas, descobertas, combatidas e castigadas. É necessário que esta tarefa seja considerada sem demora. Evitar é mais fácil que sanar. Tudo devemos fazer para não acordarmos um dia entristecidos por não termos sabido evitar qualquer criminoso acto da reacção.

**M**UITOS PORTUGUESES não se deram ainda conta de que, se há sérias razões para confiar na vitória final da democracia no nosso país, não há razões para se considerar já essa vitória por adquirida sem uma luta complexa e rude. Se as dúvidas, as incertezas, as vacilações são elementos altamente negativos, o excesso de confiança não o é menos.

A questão que está em jogo é ainda se conseguimos consolidar as liberdades e conquistar um regime democrático, ou se Portugal regressa a uma ditadura reacconária. Há forças bastantes para assegurar a democratização e a descolonização. Mas são bastantes na medida em que se conservem unidas e saibam actuar para cortar o passo à reacção.

O apoio ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas é essencial para a defesa das liberdades. Combater o Governo e o Movimento significa cooperar com as forças reacconárias, abrir o caminho à contra-revolução. A alternativa ao Governo actual não seria um governo popular mas um governo da direita reacconária.

Há elementos irresponsáveis que, afirmando-se «revolucionários», tomam como alvo dos seus ataques e das suas acções, não a reacção e o fascismo, mas precisamente as principais forças que lutam contra a reacção. Esse alvo da sua actividade indica, só por si, os interesses que servem.

Por vezes essas actividades manifestam-se entre os trabalhadores. Com processos de demagogia e chantagem conseguem arrastar alguns. Foi o caso dos CTT. Foi o caso dos TAP. Foi o caso da recente manifestação a partir da Lisnave. As actividades desses irresponsáveis esquerdistas contra o Governo, as forças democráticas, o MFA, têm de ser consideradas como servindo cada vez mais abertamente a direita reacconária. Se queremos consolidar as liberdades e cortar o passo à contra-revolução, é necessário conter firmemente as conspirações e actividades da direita e as de grupos pseudo-revolucionários que objectivamente a servem.

Em cada palavra, em cada acção, em cada luta, tem de saber-se distinguir o que é essencial e o que é secundário, nunca sacrificando ao objectivo imediato o objectivo fundamental e a perspectiva da luta a médio e a longo prazos.

Sentido das realidades na apreciação da situação política, grande clareza nas perspectivas, defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e das liberdades, luta consequente pela democratização e a descolonização, política sincera e consequente de unidade — tais são algumas das condições para prosseguir com êxito o caminho que conduzirá à construção de um Portugal democrático, pacífico e independente.

## A POSIÇÃO DA UEC

A Comissão Executiva da União dos Estudantes Comunistas distribuiu um comunicado, com data do passado dia 9, em que, a propósito do acordo de Lusaka, se afirma:

Sucedendo-se imediatamente aos acordos que permitiram a existência de uma Guiné-Bissau pacífica, em plena posse de todos os seus direi-

tos como Estado, o acordo de Lusaka é uma notável contribuição ao próprio processo da democracia em Portugal e atesta, por outro lado, a sua consolidação no nosso país, a forma consequente como está a ser levado à prática o programa do MFA.

A firmeza como o processo de descolonização se está a processar afere igualmente da justiça da linha política do PCP, da oportunidade da sua decisão de participar no Governo Provisório — sem o que o curso que está a seguir o processo revolucionário que vivemos e em particular a liquidação do colonialismo e a criação de novas nações seriam impossíveis.

Como as suas forças armadas, ombro a ombro nessa luta. Este é um facto importante a destacar que pulveriza toda a teorização dos radicais pequeno-burgueses, as suas ocas consingas para o regresso dos soldados, já.

Lutadores consequentes da frente anticolonialista, os estudantes portugueses participaram também neste momento no desmascaramento da reacção, da sua criminosa actuação em Moçambique.

E o comunicado termina:

A UEC saúda a FRELIMO, o Governo Provisório, o MFA, que, tão bem souberam interpretar os inte-

resses dos nossos dois povos, pela vitória alcançada no acordo de Lusaka.

A UEC saúda a juventude revolucionária da FRELIMO e através dela toda a juventude de Moçambique.

A UEC afirma que tudo fará para que os estudantes portugueses deem toda a sua participação para que, vencendo as manobras da reacção, os acordos de Lusaka sejam concretizados.

A UEC manifesta o seu mais vivo desejo de contribuir para o desenvolvimento das relações de amizade já existentes entre a juventude portuguesa e a juventude de Moçambique.

## Rádio Portugal Livre

A voz que o fascismo nunca pôde calar

Todos os dias, em três períodos de emissão:  
Das 8 às 9 — em 19, 20, 21, 25 metros  
Das 19 às 21 — em 19 e 26 metros  
Das 0.20 às 0.50 — em 25, 26, 32 e 36 metros  
Das 0.50 à 1.20 — em 26 metros  
Período de emissão complementar, aos domingos:  
Das 13 às 13.30 — em 19, 20, 25 e 26 metros

## NOTA DO PCP SOBRE O ACORDO DE LUSAKA E OS ACONTECIMENTOS DE LOURENÇO MARQUES

1. O processo de descolonização experimenta um decisivo e histórico progresso. A guerra finda em Moçambique. Todo o território do Rovuma ao Moputu passa a ser administrado por um Governo de transição e de dois terços dos ministros são da Frelimo. A 25 de Junho de 1975 nasceu uma nova nação africana de língua portuguesa. Tal é o significado do acordo de Lusaka firmado no sábado por representantes do Governo português e da Frelimo e que já foi homologado pelo Presidente da República.

O PCP, primeiro partido político que em Portugal advogou sem reticências a Independência completa das colónias e por ele combateu infatigavelmente nas mais duras condições da opressão fascista, manifesta o seu regozijo ante acontecimentos de tão grande significado para o povo português e para o povo irmão de Moçambique, assegura o seu apoio aos acordos de Lusaka, saúde, por intermédio da Direcção da Frelimo, todo o povo moçambicano.

O PCP está seguro de que o acordo de Lusaka abrirá o caminho a uma frutuosa cooperação entre o povo português e o povo de Moçambique, uma cooperação que servirá os interesses dos dois povos.

2. O golpe de mão provocatório e criminoso levado a efeito por um grupo de fascistas-colonialistas de Lourenço Marques, seguramente como o estímulo e o apoio dos círculos mais reacconários do interior e do exterior, é uma tentativa desesperada de adeptos do regime derrubado em 25 de Abril, para continuar

a política colonial de Salazar e de Caetano, levar à formação de um governo racista, criar condições que impeçam a efectivação dos acordos de Lusaka.

O PCP, interpretando os sentimentos da classe operária e de todos os trabalhadores de Portugal, manifesta a mais viva repulsa pelos actos banditeiros cometidos por esse grupo de contra-revolucionários que não hesitam em utilizar crianças e mulheres como reféns; chama as massas populares a verberá-las firmemente; reclama medidas energéticas para submeter o pequeno grupo que ousa desafiar a autoridade e os compromissos do Governo Provisório e das Forças Armadas Portuguesas, que desrespeita a vontade de todo o povo português.

3. Os actuais acontecimentos de Lourenço Marques constituem um sério aviso sobre a natureza dos perigos que espelham não apenas o processo de descolonização mas o próprio processo de democratização no nosso país.

A libertação de fascistas dos mais destacados, como Casal Ribeiro, Moreira Baptista, Silva Cunha (estes dois últimos chefes directos da PIDE, respectivamente, em Portugal e nas colónias); a libertação de pides, bufos e legionários; a complacência com que são tratados os pides que se encontram presos, designadamente, na penitenciária; a ausência de medidas contra agressões ideológicas reacconárias praticadas através de certa imprensa regional e de agrupamentos políticos neofascistas — tudo isto constitui estímulos e encorajamentos à reacção, que cada vez

mais se ostenta em luta aberta contra o regime instaurado com o 25 de Abril.

O PCP insiste na necessidade de se reprimir energicamente todos aqueles que conspiram para fazer regressar o terror e a tirania fascistas, na necessidade de se adoptarem novas e firmes medidas de saneamento no aparelho de Estado, nas Forças Armadas, nas forças militarizadas.

A construção de uma democracia estável em Portugal e a concretização da descolonização não se compadecem com a brandura de tratamento para com os inimigos da democracia e os agentes da política colonial de Salazar e Caetano.

4. A situação exige que se redobre a vigilância popular contra todas as actividades conspiratórias da reacção e a propagação reacconária, o seu pronto desmascaramento, a mobilização combativa das massas populares para lhes fazer frente e as derrotar.

A situação exige o reforço da unidade de todas as forças democráticas, de todas as forças sinceramente empenhadas no processo de democratização, exige que se reforce a aliança do movimento popular e democrático com o Movimento das Forças Armadas, exige que se ultrapassem as pequenas divergências e se concentrem os esforços na luta comum contra a reacção.

9 de Setembro de 1974.

A COMISSÃO POLITICA DO COMITE CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES

## UMA SURPRESA —OU TALVEZ NÃO

(Continuado da 1.ª pág.)

mil contos, isto é, quase 3 vezes o Capital e as Reservas somadas, do Banco, 10 anos atrás. O que quer isto dizer? Quer dizer que a expansão do Banco se fez em grande parte à custa dos lucros obtidos e não de entradas de novos capitais dos principais accionistas. Entretanto, como têm sido aplicados os depósitos obtidos pelo Banco? Para respondermos à pergunta, é essencial verificarmos: que o nível de empréstimos a médio prazo, portanto para investimentos, atingiu, em 1973, 6 milhões de contos, que foram canalizados pelo mesmo Banco sobretudo para o grupo Champalimaud ou para as empresas que este grupo pretende dominar. É importante é também verificar que o Banco possui acções de várias empresas no valor de 2,6 milhões de contos, dos quais 1,7 milhões (67 por cento) correspondem só a 3 empresas do mesmo grupo (Siderurgia, Cimentos Tejo e Cimentos Leiria).

Em resumo, o papel do Banco (deste ou outro) é sobretudo angariar fundos para reforçar e ampliar o poder económico do grupo que serve. E isto, em grande parte, à custa da pequena e média poupança de todos nós, incluindo a dos emigrantes.

### Sempre aproveitando (ou exigindo) o apoio do Estado

Até ao 25 de Abril os poderosos grupos económicos, que dominam a nossa economia, tinham por si um aparelho de Estado dócil, que se guiava pelos interesses do capital monopolista, um aparelho de Estado que tudo fazia para fortalecer o poder do Capitalismo Monopolista de Estado. Esta situação mudou. E logo mudou também a tática do capital monopolista. Aquilo que ontem obtinham de mão-beijada, exigem-no hoje sob a roupagem camuflada de «um grandioso plano de investimentos de 120 milhões de contos em 5 anos». Nos seus «projectos» de investimentos eles reclamam, de facto, um apoio directo do Esta-

do, inclusive em investimentos e em infra-estruturas. Isto é, para além de manejarem as pequenas e médias poupanças do País (e as dos emigrantes) pretendem também continuar a manejar os dinheiros do Estado (que são hoje, muito mais do que ontem, os dinheiros do povo português). E este apoio exigem-no eles em contrapartida a uma posição, que (embora o não confessem abertamente) levaria a uma grave crise económica. O que acontece é que, agora o grande capital começa a encontrar no Estado, em vez da máquina dócil e lubrificada dos tempos do fascismo, resistências que elevam a pouco e pouco, aos seus olhos e segundo os seus interesses capitalistas, a Administração Pública à categoria de adversária do capital monopolista. Por isso se compreende o tom agreste e insultuoso de um dos principais interessados no MDE/S quando declarou à Imprensa: «O que é preciso é que o Estado não chateie.»

### As pequenas e médias empresas

Eis outra surpresa: antes do 25 de Abril, os mentores do MDE/S só falavam na inviabilidade das pequenas e médias empresas resistirem à «grande concorrência nacional e internacional». E de braço dado com o seu Governo, tudo faziam para as aniquilar, engordando elas à custa delas. Hoje, o MDE/S fala caridosamente nas pequenas e médias empresas. Mas nem nos seus órgãos dirigentes nem na elaboração dos seus projectos tiveram em mínima conta a sua existência.

Que os interessados tirem as suas conclusões, e vejam bem quem defende os seus interesses e quem os ameaça.

### O turismo e a habitação não podem ficar ao arbítrio de alguns

Uma forte percentagem dos investimentos previstos pelo MDE/S refere-se a projectos turísticos: nada menos de 42 milhões de contos. Será isto do interesse do

País? Deverão continuar a ser os interesses de alguns a decidir, arbitrariamente, investimentos tão importantes em sectores tão discutíveis? Não esqueçamos que desde há dois anos o turismo internacional está em declínio, e que 86 em cada 100 portugueses não têm dinheiro para passar as férias fora de casa. Devese também frisar que os avultados investimentos na construção previstos pelo MDE/S certamente não coincidem com os projectos do Governo Provisório em fomentar a construção de habitações sociais. Aquele baseia os seus planos na especulação desentreada sobre os terrenos e na busca de lucros exorbitantes. O Governo Provisório, pelo seu lado, está empenhado em combater uma e outra e em lançar as bases de uma política habitacional que venha a resolver as carências deixadas pelo regime fascista ao nosso povo, também neste campo.

### A força do Estado democrático dar-lha-emos todos nós

Parece evidente que o plano MDE/S, além de ser uma ampliação demagógica das intenções dos grandes grupos económicos, pretende ser uma manobra para «domesticar» no campo económico o processo de democratização em curso, desviando-lhe o rumo, de forma a preservar os escandalosos lucros e privilégios dos seus criadores, nos sectores que já controlam. E visando também obter as garantias necessárias para o assalto a outras actividades económicas nomeadamente nos novos sectores-chaves que vão surgindo com o crescimento económico de País. Parece pois indispensável que o Estado tenha força para «chatear» para exigir dos grupos económicos a participação dos seus investimentos sem condições políticas, nas realizações que digam realmente respeito aos interesses do País e dos que trabalham. A força para o conseguir — a força do Estado democrático — dar-lha-emos todos nós.

# A AGRICULTURA TRANSMONTANA DEBATIDA EM MIRANDELA

O comício do PCP em Mirandela efectuou-se no Largo 5 de Outubro, defronte das instalações do Centro de Trabalho que acaba de ser aberto nesta localidade.

Em nome da DORN do PCP presidiu o camarada José Bernardino, suplente do CC, estando ainda na mesa camaradas do Comité Regional de Mirandela e Trás-os-Montes, da Comissão Distrital de Bragança e Concelhia de Mirandela, além de camaradas operários e camponeses das organizações locais do Partido.

Mais de 500 pessoas participaram no comício, no qual foram abordados aspectos gerais da situação política portuguesa, definidos objectivos do Partido e a sua política, nomeadamente o problema agrário e de saneamento das autarquias locais. A adesão da assistência foi bem patente quando se abordavam as directrizes do Partido relativamente às questões mais candentes com que se debate a agricultura de Trás-os-Montes.

As manobras da reacção, que tem mantido na provincia uma campanha caluniosa contra o Partido, como primeiro degrau de uma ofensiva contra a consolidação do processo democrático, estiveram

também entre os temas centrais de algumas das intervenções. «Abaixo a reacção!», foi, de resto, um dos estribilhos mais repetidos durante o comício.

A adesão dos presentes foi bem patenteada pelos vivas ao Partido, nas canções entoadas em coro e na resposta pronta e oportuna a determinadas passagens mais significativas das camaradas que falaram.

Foi dado o devido relevo à proclamação oficial da independência da Guiné-Bissau, assinalada como importante factor da libertação das outras colónias e de Portugal. Um dos oradores salientou o facto de que os nossos pais deixaram de ser teatro de cenas dolorosas de partida para a guerra, para passarem a ser cenário das manifestações de alegria dos militares que regressam, livres do pesadelo da guerra.

A luta do povo chileno também esteve presente e foi afirmado o apoio e solidariedade totais dos mirandenses para com o povo mártir do Chile.

O comício encerrou com todos os presentes a entoar o hino nacional, o «Avante Camarada!» e a Internacional.

# A CAMPANHA ANTICOMUNISTA DENUNCIADA NO COMÍCIO DE BARCELOS

Pela primeira vez na sua história, Barcelos assistiu a um comício de propaganda do PCP. A reunião realizou-se no Teatro Gil Vicente, que se encontrava repleto, e revestiu-se de grande entusiasmo.

Falaram representantes do MDP, da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP, da UEC, do MJT e do Comité Regional do Minho e Trás-os-Montes do PCP, que analisaram a situação dos pequenos e médios agricultores e a posição do nosso partido relativamente à questão camponesa. Finalmente, usaram da palavra os camaradas Jorge Araújo e Pedro Soares, cujas intervenções, tal como as anteriores, foram saudadas com muitos aplausos pela assistência.

**Sinais de conspiração**  
Jorge Araújo, membro da DORN, em relação às manobras da reacção, afirmou:

Toda a campanha anticomunista faz parte da conspiração das forças reaccionárias que tem dominado a situação política nas últimas semanas, fazendo com que a democracia no nosso país viva horas difíceis e

perigosas. Com efeito, essa conspiração é visível por todo o lado: em inscrições reaccionárias ao longo das estradas, nas cidades, vilas e aldeias; há afirmações falsas, provocadoras e caluniosas em vários tipos de boletins, panfletos, jornais de provincia e de paróquia, que não buscam argumentos a favor dos camponeses, mas sim a denunciar a propaganda fascista; há todo um conjunto de sinais evidentes de que as forças de direita procuram por todos os meios preparar um clima propício ao golpe contra a democracia que desde a noite do 25 de Abril é o seu mais ambicionado sonho.

Esses sinais de conspiração também aqui no Minho têm encontrado expressões variadas. Distribuem-se panfletos anónimos contra o Movimento das Forças Armadas, contra o Governo Provisório, contra o PCP; fazem esforços acrobáticos para rasgar os cartazes que anunciam este comício; ameaçam-se as pessoas que se dirigem para sessões de esclarecimento do nosso Partido; não se cumprem contratos colectivos de trabalho, despedem-se trabalhadores, perseguem-se elementos das comissões de trabalhadores nas empresas numa manobra clara para criar entre a classe operária um sentimento de insegurança e para desacreditar a política do novo Governo Provisório, etc.

Mas os trabalhadores e as massas populares têm razão para estarem confiantes porque a aliança entre o MFA e o movimento das forças populares, ao contrário do que esses reaccionários desejariam, tem-se alargado e consolidado no desenrolar deste processo.

Saberemos dar a resposta popular a todas as manobras da reacção e do fascismo. Está muito viva na memória da classe operária, dos camponeses, dos jovens trabalhadores e estudantes a dura luta que foi o preço da liberdade conquistada dia a dia em 48 anos de regime fascista. E preciso que a reacção sinta e compreenda de uma vez para sempre que o destino histórico do nosso país está nas mãos do povo e que o povo em aliança com o MFA tomou a decisão firme e anabalável de não permitir o regresso ao Poder das forças ultra-reaccionárias que o exploraram e o oprimiram durante tantos anos. É preciso que esses senhores compreendam que a democracia desejada pelo povo nada tem a ver com o regime de miséria, de incultura, de fome, de prisões e muitas vezes de morte, do fascismo de Salazar e de Caetano e de outros salazares e caetanos que na sombra conspiram contra a nascente democracia em Portugal. Forque, na verdade, amigos e camaradas, o que os reaccionários pretendem com a sua campanha anticomunista é isolar o nosso Partido e debilitar assim a frente democrática para mais facilmente atacarem as posições conquistadas pelo nosso povo com o 25 de Abril e com a poderosa movimentação de massas que tem explodido por todo o País de apoio ao MFA e à democracia.

## CORTICEIROS DE GRÂNDOLA OFERECEM AO PARTIDO DIAS DE TRABALHO

Um grupo de vinte trabalhadores corticeiros entregou no Centro de Trabalho do PCP, em Grândola, o valor de meio dia do seu trabalho, num total de 2625\$00.

Com esta iniciativa, os operários corticeiros de Grândola apelaram para o apoio da classe operária ao seu partido, através de ofertas simbólicas semelhantes.

## REUNIÕES EM ELVAS DE PEQUENOS AGRICULTORES

Realizou-se no passado dia 9, na sede do PCP em Elvas, uma sessão de esclarecimento sobre problemas ligados à agricultura, focando especialmente os dos pequenos agricultores.

Respondendo à convocatória da Comissão Concelhia do PC, oitenta pequenos produtores compareceram no nosso Centro de Trabalho, seguindo com grande interesse o debate travado, e manifestando viva intenção de se organizarem de modo a melhor defenderem os seus interesses que de maneira nenhuma são os interesses dos grandes agrários, os quais até ao momento se têm servido deles para satisfazerem conveniências próprias.

Manifestaram os presentes o desejo de organizarem uma sessão mais ampla, que se realizará na próxima segunda-feira, às 13 horas, também no Centro de Trabalho do PCP, e para a qual se organizou um grupo mobilizador.

## SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

**ALCOCHETE**—A Comissão Concelhia de Alcochete do PCP realizou uma sessão de esclarecimento no lugar de S. Francisco em Alcochete. Estiveram presentes cerca de 100 pessoas na maior parte trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Falou o camarada Luís Amaro, da Comissão Concelhia de Setúbal, que se referiu à história do Partido, falando sobre as suas origens e sobre os militantes que mais se distinguiram na luta. Sobre as torturas cometidas pela PIDE falou o camarada Abílio de Oliveira, da Comissão Concelhia de Alcochete, referindo, a propósito, as torturas de que foi vítima durante a sua prisão. No final, houve um vivo debate com a participação de muitos dos presentes.

**PEGÕES**—Com cerca de 80 pessoas, na maioria pequenos agricultores e trabalhadores rurais, realizou-se no lugar de Afonso, Pegões, uma sessão de esclarecimento organizada pela célula da freguesia de Canha. No começo da sessão, houve uma pequena intervenção referindo a Campanha de Solidariedade com o povo chileno, apontando a luta do povo português pela consolidação das liberdades democráticas, como a melhor forma de apoiar a luta do povo chileno contra o fascismo.

**SAMOUÇO**—Um filme sobre a URSS, seguido de comentário pela assistência, e uma sessão de esclarecimento político, preencheram uma reunião promovida pelo nosso partido e efectuada na Sociedade Filarmónica Progresso-Labor Samouçoense, a que estiveram presentes cerca de 300 pessoas.

# O COMÍCIO DO PCP EM BEJA UM EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO DE MASSAS

Os comícios do PCP são uma forma directa e entusiástica de levar às massas a orientação do nosso Partido, de lhes insuflar confiança na luta, nas suas forças, na força do seu Partido. Logo, o problema da organização de um comício é decisivo para que tais objectivos sejam atingidos.

O comício do dia 31 de Agosto último, em Beja, ao qual já largamente nos referimos, é um exemplo de superior organização cujo mérito cabe inteiramente aos camaradas das diversas comissões do Partido da região, em especial a comissão concelhia de Beja. Muitos dias antes foi iniciado em todo o Baixo Alentejo um amplo trabalho de propaganda e mobilização que empenhou centenas de militantes dos diversos concelhos e freguesias do distrito. Muitas centenas de bandeiras e disticos, milhares de tarjetas

## MESA-REDONDA SOBRE O PCP NA RÁDIO ALTO-DOURO

Numa mesa-redonda de cerca de trinta minutos, transmitida no passado domingo, as camaradas Fátima Mesquita, António Abreu e António Mesquita responderam a perguntas do director da Rádio Alto-Douro, da Régua, acerca do Partido Comunista Português.

Aqueles três camaradas esclareceram os ouvintes da emissora acerca do que é o Partido, como encara a situação política actual e qual a posição dos comunistas em relação aos católicos, à família e à Concordata.

## GRANDES FESTEJOS POPULARES EM ALPIARÇA E ALVALADE

Em homenagem e solidariedade ao MFA e ao Governo Provisório, realiza-se em 21 e 22 do corrente, a Festa Agrícola do Povo de Alvalade-Sado. Do programa dos festejos, rico de iniciativas, destacamos um desfile e acção dos Grupos Corais Alentejanos de Ervidel, Ferreira do Alentejo, Rio de Moinhos e Alvalade; um desfile de tractores agrícolas; uma sessão de canto livre; um recital de poesia; um colóquio com o eng. Blasco Hugo Fernandes sobre sindicatos e problemas agrícolas e um recital de teatro por um grupo amador de Lisboa.

Em Alpiarça decorrerá de 21 do corrente a 1 de Outubro a Festa da Liberdade, com iniciativas de muito interesse. Haverá pavilhões do PCP do MDP, do Movimento de Juventude Trabalhadora, da Comissão dos ex-Prisos



Em Mem Martins...

# O PCP PRESENTE EM DIVERSAS FEIRAS

O PCP teve a funcionar, de 1 a 8 de Setembro, na Feira de Rio Maior, um stand com exposição de cartazes alusivos à vida do Partido e com venda de livros e do «Avante!». A venda do nosso jornal teve muito boa aceitação geral por parte dos visitantes, especialmente dos que vieram das várias freguesias do concelho.

Também na Feira de Santiago do Cacém esteve presente um pavilhão do nosso Partido, o qual despertou grande interesse e constituiu, pode dizer-se a grande novidade da feira deste ano. Permanentemente apinhado de gente, o pavilhão tornou-se num centro de convívio de todos os feirantes simpatizantes do PCP.

Em outra conhecida feira — a das Mercês, em Mem Martins — o nosso partido teve representação por iniciativa da organização local do PCP. Uma banca ali instalada vendeu e distribuiu diverso material de propaganda, tendo sido muito visitada.

## SEMANA CULTURAL NA MARINHA GRANDE

Começa hoje na Marinha Grande uma semana cultural promovida pela Organização da Comissão Cultural Concelhia do PCP. As 21 e 30, no Sport Império Marinhense, realiza-se um colóquio e projecção de slides sobre «Aspectos da URSS», a que estarão presentes Margarida Abolm Inglês e Armando Myre Dóres.

Depois de amanhã a semana prossegue, às 16 horas, com uma tarde infantil, que inclui projecção de filmes e sessão de desenho para crianças dos 3 a 10 anos.

Em 20 de Setembro, às 21 e 30, no Teatro Stephens, e no dia 22, à mesma hora, na Sede da Ordem, será exibido o filme «A Vida de Lenine».

No dia 21, às 21 e 30, na sede da Ordem, Valdemar Quaresma procederá a uma análise da economia na URSS e em Portugal.



...e em Santiago do Cacém

# COMÍCIO EM ÉVORA-MONTE

Em Évora-Monte realizou-se um comício do nosso Partido, no qual usaram da palavra os camaradas Jorge Alves e Fernando Carmesino, da Comissão Concelhia do nosso Partido, António Murteira, da Comissão Distrital de Évora, e Dinis Miranda, do Comité Central.

Foi abordada a situação dos trabalhadores rurais e as lutas que travam para conseguir melhores condições de vida, que terão de arrançar a ganância dos grandes lavradores.

Salientou-se a necessidade de uma grande unidade entre os trabalhadores e do fortalecimento do seu sindicato, assim como de promover amplas reuniões na freguesia, onde estes assuntos sejam discutidos e eleitas Comissões Pró-Sindicato, que representem os trabalhadores das freguesias nas reuniões distritais.

Foi ainda salientada a necessidade de manter e reforçar a aliança entre as massas populares e o M. F. A., para em conjunto se conseguir avançar na construção dum Portugal que possa na verdade oferecer a todos os portugueses as condições de vida a que têm direito.

Outro tema abordado: o fim da guerra e o seu impor-

**Pequeno Dicionário do MARXISMO**

Pierre Masset

ACUMULAÇÃO	LIBERDADE
ALIENACÃO	LUCRO
ARTE	MARXISMO
BUROCRACIA	MATERIALISMO
CAPITAL	MERCADORIA
CAPITALISMO	NAÇÃO
CIENCIA	NATUREZA
CLASSES SOCIAIS	NECESSIDADE
COMUNISMO	PARTIDO POLITICO
CONSCIENCIA	PAUPERIZAÇÃO
CONTRADIÇÃO	PRÁXIS
DEMOCRACIA	PRODUÇÃO
DETERMINISMO	PROLETARIADO
DIALECTICA	PROPRIEDADE
DIVISÃO DO TRABALHO	RELIGIÃO
ECONOMIA	REVOLUÇÃO
ESQUERDISMO	SOCIALISMO
ESTADO	SOCIEDADE
EXPLORAÇÃO	SUJEITO-SUBJECTIVIDADE
FAMILIA	TEORIA
FEITICISMO	TOTALIDADE
HISTÓRIA	TRABALHO
HUMANISMO	VALOR
IDEOLOGIA	VERDADE
INFRA-ESTRUTURA / SUPER-ESTRUTURA	VIOLENCIA

COM UM UTILÍSSIMO ÍNDICE DE AUTORES E DE ASSUNTOS

COLEÇÃO SITUAÇÕES / PREÇO PROVÁVEL, 40\$00

Editorial Inova/apartado 466/Porto

### Salvaterra de Magos

# UM DIA DE GREVE FOI SUFICIENTE

Apenas com um dia de greve, os operários agrícolas do concelho de Salvaterra de Magos conseguiram tornar reais as suas justas reivindicações de aumento de salários e melhores condições de trabalho. A vitória agora obtida põe termo a todo um longo período de negociações, que se arrastavam desde o início de Agosto, sem que os representantes do patronato dessem mostras de se interessarem pela sua resolução.

Novamente solicitada a sua presença para as 20 horas do mesmo dia, os elementos da Comissão começaram por afirmar que tal seria impossível devido aos seus afazeres nocturnos, acabando por aparecer no local aprazado sem qualquer aviso e quando os representantes dos operários agrícolas já não contavam com a sua presença.

Na tarde do domingo passado, os operários agrícolas do concelho de Salvaterra de Magos reuniram-se em plenário nas instalações da Casa do Povo daquela vila onde, depois de analisados os problemas surgidos, nomeadamente a falta de comparência repetida da Comissão dos Agricultores nas negociações, decidiram por unanimidade a greve.

Sentindo-se os trabalhadores atraídos com todas estas manobras do patronato, decidiram levar a efeito um plenário na Casa do Povo de Salvaterra, que englobou os operários agrícolas de todas as freguesias do concelho e no qual ficou decidido por unanimidade a greve.

Reunidos em 26 de Julho com a Comissão Pró-Sindicato dos Operários Agrícolas do Concelho de Salvaterra de Magos, os trabalhadores manifestaram-se favoravelmente pela criação de uma Convenção Colectiva de Trabalho igual à de Benavente, que já estava assinada e era do agrado geral. No intuito de se solucionar o problema foi contactada a Comissão dos Agricultores do concelho no dia 8 de Agosto e solicitada uma reunião para discussão dos assuntos. Como, entretanto não se tivesse verificado qualquer resposta, a Comissão de Agricultores foi novamente contactada no dia 12, desta vez por carta e na qual se afirmava periodicamente que os operários agrícolas do concelho pretendiam uma Convenção igual à de Benavente.

Após uma reunião que durou desde as três da tarde até às onze e meia da noite e apesar da atitude renitente que os proprietários quase sempre mantiveram, a vitória dos trabalhadores foi total.

Em resposta, a Comissão de Agricultores aceitou uma reunião conjunta no Ministério do Trabalho no dia 21. Ai estavam presentes 15 elementos da Associação Livre dos Agricultores (ALA) e apenas dois da Comissão de Agricultores do concelho, sendo manifesta a falta de vontade de negociar por parte do patronato, pelo que nem sequer se chegou a discutir a Convenção.

Durante todo o período das negociações, no largo fronteiro à Câmara, uma multidão de trabalhadores — homens e mulheres que labutam nas searas — não arredaram pé. E quando Nelson Narciso, delegado da Comissão Concelhia do Sindicato dos Operários Agrícolas de Almeirim, surgiu no cimo das escadas a anunciar a boa-nova, a alegria inundou a praça, gritando a multidão em conjunto:

«O povo unido jamais será vencido».

Entretanto, como o desemprego se começasse a fazer sentir, tanto mais que nos concelhos limítrofes de Benavente e Almeirim tinham sido assinadas já convenções que garantiam o trabalho aos trabalhadores locais, a Comissão Pró-Sindicato de Salvaterra de Magos procurou acelerar o processo das negociações, marcando uma reunião com a Comissão de Agricultores do concelho para o dia 5 de Setembro, na Casa do Povo de Salvaterra.

«O povo unido jamais será vencido».

Entretanto, como o desemprego se começasse a fazer sentir, tanto mais que nos concelhos limítrofes de Benavente e Almeirim tinham sido assinadas já convenções que garantiam o trabalho aos trabalhadores locais, a Comissão Pró-Sindicato de Salvaterra de Magos procurou acelerar o processo das negociações, marcando uma reunião com a Comissão de Agricultores do concelho para o dia 5 de Setembro, na Casa do Povo de Salvaterra.

**Manobras do patronato**

No intuito de fugir às conversações, os elementos da Comissão informaram, no próprio dia, que não estariam presentes em virtude de não considerarem propício o local. Deste modo, foi marcada nova reunião para a manhã do dia seguinte, em Santarém, e os elementos da Comissão dos Agricultores avisados verbalmente.

«O povo unido jamais será vencido».

Entretanto, como o desemprego se começasse a fazer sentir, tanto mais que nos concelhos limítrofes de Benavente e Almeirim tinham sido assinadas já convenções que garantiam o trabalho aos trabalhadores locais, a Comissão Pró-Sindicato de Salvaterra de Magos procurou acelerar o processo das negociações, marcando uma reunião com a Comissão de Agricultores do concelho para o dia 5 de Setembro, na Casa do Povo de Salvaterra.

Nessa manhã voltaram a declarar que não lhes seria possível estar presentes, o que demonstrava perfeitamente o desprezo que os seus interesses.

**Novos livros Estampa**

MELMOTH I e II Vol. Charles Maurin Coleção Biblioteca Clássica Preço 60\$00 cada

NEO-FASCISMO E IDEOLOGIA DO DESEJO Michel Clousard Coleção Teses n.º 9 Preço 50\$00

PENSAMENTO POLITICO II Umberto Cerroni Coleção Biblioteca Estampa n.º 10 Preço 70\$00

A ORGANIZAÇÃO IDENTIFICA DO TRABALHO José M. Viegas Coleção Biblioteca de Economia n.º 9 Preço 70\$00

UM ANO DE FASCISMO NO CHILE Coleção Práxis n.º 26 Preço 40\$00

EDITORIAL ESTAMPA Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto. Telefone 555663 - Lisboa 1



Os vinhateiros do Lugar dos Afonsos, falando ao «Avante!»

## VENDAS NOVAS

# VENDA LIVRE E PREÇOS JUSTOS PRETENDEM OS VINHATEIROS

Lugar dos Afonsos, cortado pela estrada para Vendas Novas e a escassos quilómetros desta vila é um aglomerado de habitações cuidadosamente caídas. Quando a noite cai, toda a povoação fica mergulhada na escuridão em virtude da inexistência de energia eléctrica, e o viajante que passe para o Alentejo galgando quilómetros pela recta de asfalto nem sequer dá pela presença da povoação.

Terminada a faina diária do campo e depois da última refeição os habitantes do lugar ocupam o seu tempo livre na distração a que têm acesso: o único café existente com luz fornecida por um motor e, consequentemente, com televisão. A entrada, as motorizadas amontoam-se.

Foi nesse local que os trabalhadores rurais, todos eles pequenos proprietários, nos expuseram os seus problemas, o principal dos quais diz respeito à vinha única cultura da região.

Proprietários com calos nas mãos

—Somos todos proprietários com calos nas mãos — afirmou um dos presentes querendo dizer com isto que labutam duramente nos pedaços de terra que possuem.

Assim começa já a esboçar-se a ideia de pedir a nível governamental uma participação que torne possível no próximo ano a laboração de uma adegas cooperativa, o que iria solucionar a maior parte dos problemas daquela região, visto que as adegas particulares existentes nos arredores se encontram vazias e negam-se a receber uva de fora, nomeadamente, segundo nos informaram, as adegas Viriato Camarões e Manuel João de Freitas.

Assim começa já a esboçar-se a ideia de pedir a nível governamental uma participação que torne possível no próximo ano a laboração de uma adegas cooperativa, o que iria solucionar a maior parte dos problemas daquela região, visto que as adegas particulares existentes nos arredores se encontram vazias e negam-se a receber uva de fora, nomeadamente, segundo nos informaram, as adegas Viriato Camarões e Manuel João de Freitas.

Seguidamente, a assembléa, que entretanto se tinha reunido, começou a expor os assuntos que a afecta. Focando primeiro o aumento dos preços dos produtos químicos e pesticidas, estes últimos na ordem dos 25 por cento e já com a ameaça dos fornecedores de virem a sofrer um breve novo aumento, os agricultores estão preocupados porque até à data ainda não apareceram nenhum comprador para a uva, cuja vindima deve começar dentro de quinze dias.

Anteriormente, era costume os comandantes das adegas aparecerem com um mês de antecedência a inteirarem-se da quantidade de uva existente e por quanto os produtores a pretendiam vender.

Anteriormente, era costume os comandantes das adegas aparecerem com um mês de antecedência a inteirarem-se da quantidade de uva existente e por quanto os produtores a pretendiam vender.

Este silêncio que agora se faz sentir por parte dos compradores não sabem os produtores a que atribuí-lo e a sua preocupação cresce, tanto mais que a adegas cooperativa de Pegões não está em condições de armazenar a uva e terão de recorrer a adegas mais distantes com os prejuízos que daí advêm.

Uma arroba: 16 quilos

Uma situação de injustiça que já se mantém há dezenas de anos e que os produtores desta região pretendem ver eliminada é o facto de os compradores imporem o peso de 16 quilos para a arroba, sem que até agora os vinhateiros conseguissem anular esta arbitrariedade.

Uma situação presente veio recordar do novo aos produtores do lugar dos Afonsos a necessidade urgente de uma adegas cooperativa, onde a sua uva pudesse ser tratada e armazenada sem que estes fossem sujeitos ao interesse ou desinteresse dos compradores, afinal simples intermediários interessados no lucro.

Assim começa já a esboçar-se a ideia de pedir a nível governamental uma participação que torne possível no próximo ano a laboração de uma adegas cooperativa, o que iria solucionar a maior parte dos problemas daquela região, visto que as adegas particulares existentes nos arredores se encontram vazias e negam-se a receber uva de fora, nomeadamente, segundo nos informaram, as adegas Viriato Camarões e Manuel João de Freitas.

Assim começa já a esboçar-se a ideia de pedir a nível governamental uma participação que torne possível no próximo ano a laboração de uma adegas cooperativa, o que iria solucionar a maior parte dos problemas daquela região, visto que as adegas particulares existentes nos arredores se encontram vazias e negam-se a receber uva de fora, nomeadamente, segundo nos informaram, as adegas Viriato Camarões e Manuel João de Freitas.

Assim começa já a esboçar-se a ideia de pedir a nível governamental uma participação que torne possível no próximo ano a laboração de uma adegas cooperativa, o que iria solucionar a maior parte dos problemas daquela região, visto que as adegas particulares existentes nos arredores se encontram vazias e negam-se a receber uva de fora, nomeadamente, segundo nos informaram, as adegas Viriato Camarões e Manuel João de Freitas.

CONTRATAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DAS MADEIRAS — Abrangendo mais de 100 000 trabalhadores, estão em fase avançada as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho para os trabalhadores das indústrias de marcenaria, carpintaria, mecânica e serralção de madeiras. As reuniões têm vindo a decorrer no Ministério do Trabalho entre os representantes da União dos Sindicatos e do Grémio daquele sector de actividade. A conclusão do Contrato parece depender apenas do acordo sobre uma cláusula que tem sido muito debatida: a retroactividade da aplicação do CCT.

MARÍTIMOS (cerca de 3400): Autoral, SARL (420); Blue-Bell (confeccões—320); Martins & Rebelo (indústria alimentar—557); Fábrica de Louças de Sacavém (1100).

MARÍTIMOS (cerca de 3400): Autoral, SARL (420); Blue-Bell (confeccões—320); Martins & Rebelo (indústria alimentar—557); Fábrica de Louças de Sacavém (1100).

MOTORISTAS DE PORTIMÃO — Uma dezena de motoristas dos Serviços de Limpeza da Câmara Municipal de Portimão reuniram-se para discutir o horário e as condições de trabalho.

MOTORISTAS DE PORTIMÃO — Uma dezena de motoristas dos Serviços de Limpeza da Câmara Municipal de Portimão reuniram-se para discutir o horário e as condições de trabalho.

MOTORISTAS DE PORTIMÃO — Uma dezena de motoristas dos Serviços de Limpeza da Câmara Municipal de Portimão reuniram-se para discutir o horário e as condições de trabalho.

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

# NA J. PIMENTA LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Logo após o 25 de Abril desenvolveu-se na empresa J. Pimenta um processo de lutas nos diferentes locais de trabalho. Dessa situação saiu a ideia da criação da Comissão dos Trabalhadores, assim como a elaboração de um caderno reivindicativo unificado que exigia, nomeadamente, entre outras reivindicações de carácter geral, segurança no trabalho e melhores condições, o salário mínimo de 6000 escudos, 40 horas de trabalho semanais e o 13.º mês.

Acidente mortal por falta de segurança no trabalho

Na 4.ª-feira, dia 4, houve um acidente mortal nesta empresa. O trabalhador Jaime Lobo Magalhães, de 31 anos, ficou soterrado pela areia quando tentava tirar uma pedra que entupia o silo.

Os trabalhadores fazem notar ainda que o rádio para pedido de socorro foi retirado quando da última greve, para impedir os trabalhadores de contactar entre si. O operário sinistrado só foi retirado ao fim de 45 minutos e graças à iniciativa de um motorista que pegou num camião e foi chamar os bombeiros da Parede.

A estas reivindicações a direcção respondeu que em princípio estava de acordo e que ia estudar o problema para ver se era possível fazer ainda mais.

Paralelamente enviou uma exposição ao Ministério do Trabalho pedindo a autorização para aumentar o seu capital social, pois em caso contrário seriam obrigados a despedir 2100 operários. Os trabalhadores tomaram a decisão que, no caso desses despedimentos se realizarem, esses trabalhadores continuariam ao serviço. Após a movimentação dos trabalhadores, a administração disse que não era verdade que fosse despedir pessoal, que o que tinha dito era só para pressionar o Ministério do Trabalho.

Outro ponto importante na luta dos trabalhadores do J. Pimenta Lda. tem sido o saneamento. Este aspecto reveste-se de particular importância, tendo em conta que esta empresa era (é) um feudo de fascistas. Antes do 25 de Abril, elementos da direcção faziam almoços e jantares com elementos fascistas, inclusive nas últimas eleições de Outubro 73 a administração pagou horas extraordinárias e transporte em autocarros para os trabalhadores irerem para a Sintra e a Cascais bater palmas às sessões da extinta ANP. Quando da chegada de Marcelo Caetano de Inglaterra, a administração pagou horas e transporte para os trabalhadores irem a essa manifestação «espontânea».

Por outro lado, os trabalhadores exigem uma inspecção e análise das contas da empresa a fim de serem detectadas anomalias. Numa reunião, a administração esteve de acordo com a proposta de saneamento e a análise de contas, tendo sido assinada a acta desse acordo. Mais tarde, um outro administrador disse que esse acordo não tinha valor, e que o administrador que tinha assinado tinha abusado dos seus poderes.

A administração tem tentado, através de diversas acções, provocar os trabalhadores, tentando levá-los a actos irreflexivos. No dia 20 realizou-se um plenário dos trabalhadores no pavilhão desportivo da Académica da Amadora, na Reboleira, que ape-

los trabalhadores rurais directamente interessados. Justificando os direitos do povo de Comenda à posse dos baldios, de cujo exercício foi violentamente afastado pelas forças da repressão fascista, a exposição lembra que existem depósitos de homens e mulheres idosos suficientes para desmascarar as «artimanhas das leis fascistas».

Os patrões queixam-se hoje do aumento dos salários dos motoristas, não estando contudo a cumprir o CCT por eles próprios assinado. Mas não dizem que quando a bandeira foi aumentada em Março de 1973 para 5300, os motoristas nessa altura só ganhavam 2136\$00 e continuaram a ganhar o mesmo até Julho de 1974.

A célula dos motoristas de Lisboa do PCP exige que o CCT assinado pelo Sindicato, Grémio dos Industriais dos Transportes Automóveis e pelo Ministério do Trabalho seja cumprido.

OS BALDIOS SÃO DO POVO — Na defesa dos direitos do povo da freguesia de Comenda, concelho de Gavião, distrito de Portalegre, foi apresentada superiormente por uma comissão coordenadora dos interesses daquela freguesia uma exposição extensa e bem documentada «com vista à restituição dos baldios à comunidade rural de Comenda e, no âmbito de uma futura Reforma Agrária, a sua possível reorganização em bases de cooperativa comunitária agrícola» (...). «com

com reais dificuldades, não podem embarcar nesta manobra. Os seus interesses não são os mesmos do grande patronato» — acrescenta o documento.

«No Chile, desarticulando o sector dos Transportes, a reacção serviu-se de fundo desta arma (a «greve») para derrubar o governo popular e instaurar o fascismo», refere aquele documento, apelando «para a unidade e combatividade de todos os motoristas para que se oponham firmemente a esta perigosa manobra da reacção». Os nossos camaradas do Comité Local de Lisboa apelam também «para toda a população para que, na defesa dos seus próprios interesses, se solidarize com a corajosa luta dos motoristas».

HEDIONDA PROEZA — As direcções dos 7 Sindicatos Ferroviários, da Comissão do Sindicato dos Electricistas e a Comissão dos Técnicos Superiores, num comunicado de 6 do corrente, condenam em termos vigorosos o acto de sabotagem cometido na madrugada do dia anterior, na linha férrea da Beira Alta, entre Luso e Mortágua, que só por feliz acaso não causou vítimas. Denunciando a «hedionda proeza, tal como outras anteriores, felizmente frustradas, como manobras desfezadas da reacção fascista», aquelas direcções sindicais, interpretando os desejos dos trabalhadores, pedem à administração da CP uma vigilância redobrada, apelam para os camaradas no mesmo sentido e exigem das autoridades o maior empenho na captura e punição dos miseráveis autores do atentado.

OS BALDIOS SÃO DO POVO — Na defesa dos direitos do povo da freguesia de Comenda, concelho de Gavião, distrito de Portalegre, foi apresentada superiormente por uma comissão coordenadora dos interesses daquela freguesia uma exposição extensa e bem documentada «com vista à restituição dos baldios à comunidade rural de Comenda e, no âmbito de uma futura Reforma Agrária, a sua possível reorganização em bases de cooperativa comunitária agrícola» (...). «com

# NO MUNDO DO TRABALHO

CONTRATAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DAS MADEIRAS — Abrangendo mais de 100 000 trabalhadores, estão em fase avançada as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho para os trabalhadores das indústrias de marcenaria, carpintaria, mecânica e serralção de madeiras. As reuniões têm vindo a decorrer no Ministério do Trabalho entre os representantes da União dos Sindicatos e do Grémio daquele sector de actividade. A conclusão do Contrato parece depender apenas do acordo sobre uma cláusula que tem sido muito debatida: a retroactividade da aplicação do CCT.

MARÍTIMOS (cerca de 3400): Autoral, SARL (420); Blue-Bell (confeccões—320); Martins & Rebelo (indústria alimentar—557); Fábrica de Louças de Sacavém (1100).

MOTORISTAS DE PORTIMÃO — Uma dezena de motoristas dos Serviços de Limpeza da Câmara Municipal de Portimão reuniram-se para discutir o horário e as condições de trabalho.

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320); Joaquim Dias Amado Sucecessores, Lda. (curtumes—80); Pioneer Betão Pronto, Lda. (36); COVINA — Companhia Vidreira Nacional, SARL (1238); Faianças e Porcelanas Sado Internacional SARL; Applied Magnetics Portugal (cerca de 640); Luso-Sulca/Luso-Além (construção civil—170); Companhia de Transportes

MOTIVAZÃO DOS TRABALHADORES — Entre o actividade desenvolvida, na última semana, pelos trabalhadores, através dos seus delegados sindicais, sindicais, comissões sindicais ou de empresa, para defender e apoiar reivindicações apresentadas ou solucionar conflitos pendentes com as entidades patronais, destacam-se as reuniões realizadas no Ministério do Trabalho, respeitantes nomeadamente às empresas J. Pimenta, SARL (construção civil—3000 trabalhadores); FACEL (electrónica—650); Empresa do «Jornal do Comércio», SARL (cerca de 320);

HOMENAGEM A BENTO GONÇALVES

OS TRABALHADORES DO ARSENAL DO ALFEITE RECORDAM O CRIADOR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Toldou-se a tarde de nuvens cinzentas. Mas não se toldou a memória dos operários do Arsenal do Alfeite. Estiveram presentes na homenagem a Bento Gonçalves, na evocação do seu labor revolucionário, para construir o Partido de tipo novo, o Partido do proletariado português.

Os carrascos fascistas assassinaram-no a 11 de Setembro de 1942. Crime premeditado, que organizaram com sistemática precisão, para não deixarem o traço dos algozes que executaram essa sinistra tarefa. Morreu, vítima dos processos de morte lenta, dos trabalhos forçados, da carência de tratamento, do má alimentação, do clima insólito, no sinistro campo de concentração do Tarrafal.

Bento havia terminado a sua pena. Estava ilegalmente preso. Era esse o caminho do crime. Do crime que lhe roubou a vida quanto contava apenas 40 anos. No isolamento de uma prisão, de um campo de extermínio, separado do mundo exterior por muros de ferro e de aço, Bento Gonçalves não era difícil executar o plano perpetrado contra ele, contra muitos outros combatentes antifascistas, que jazem no cemitério do Tarrafal, a escassos metros do oceano.

Bento Gonçalves foi evocado no amplo refeitório do Arsenal do Alfeite, por dois companheiros seus, que partilharam com ele as horas amargas do campo de concentração do Tarrafal: os camaradas Francisco Miguel e Pedro Soares do CC do PCP e o camarada José Maria do Rosário, que foi aprendiz do Arsenal de Marinha, na altura em que Bento trabalhava como torneiro naquele estabelecimento fabril.

A inauguração da Biblioteca Bento Gonçalves

Antes desta sessão de homenagem, uma outra não menos significativa teve lugar numa das dependências do Alfeite: a da inauguração da Biblioteca Bento Gonçalves.

Usou da palavra em primeiro lugar o camarada Manuel Francisco, que falou da acção a desenvolver para dotar os operários do Arsenal de Marinha de uma biblioteca condigna.

Estava presente à cerimónia o engenheiro Carvalho Afonso, administrador do Arsenal do Alfeite. A sua presença não foi protocolar. Ela testemunha o nível das relações criadas entre ele e o pessoal, relações que assinalam o novo período político que se está vivendo no nosso país.

O engenheiro Carvalho Afonso, numa curta intervenção, aludiu à necessidade de que aquela biblioteca que acabava de inaugurar constituísse uma fonte de conhecimento para os trabalhadores do Arsenal. E contou como ouviu pela primeira vez falar de Bento Gonçalves e da admiração que lhe provocou o conhecimento da sua vida exemplar de trabalhador e de dirigente comunista.

O camarada Francisco Miguel falou do amor ao estudo, da cultura invulgar de que era possuidor Bento Gonçalves, trabalhador que se fez por si, com um esforço tenaz, digno de ser seguido por quantos, na sua qualidade de trabalhadores como ele, descobriam os caminhos certos que conduzem à democracia e ao socialismo.

Estavam presentes a sobrinha do camarada Bento Gonçalves e outros membros da sua família, emocionados pelo real significado do acto.

Em homenagem a Bento Gonçalves, os operários arsenalistas editaram um número do «Eco do Arsenal», que continua hoje nas condições de liberdade e de consciência de trabalho em que Bento se empenhara. Na capa, um desenho dos tempos em que Bento se multiplicava, tenaz e modesto, para alargar o Partido da classe operária, num esforço que celebrou o seu sacrifício e a sua consciência de comunista.

O Arsenal é um velho bastião do Partido Comunista Português

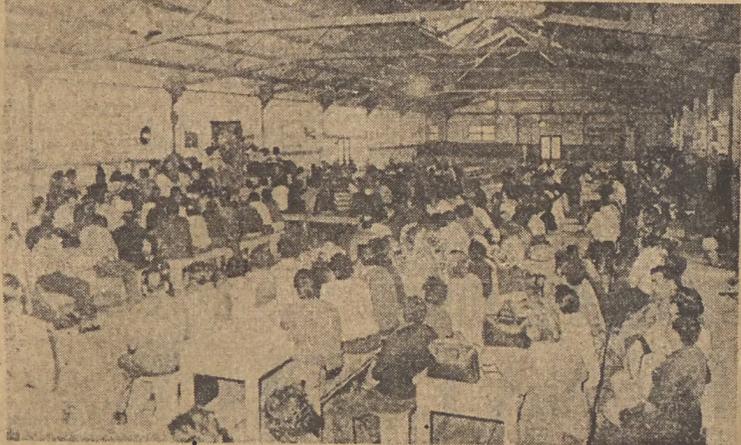
O acto fundamental da homenagem organizada em honra de Bento Gonçalves teve lugar no refeitório do Arsenal do Alfeite. Cobrindo a tribuna uma bandeira nacional. Nas mãos de um jovem arsenalista a bandeira vermelha do Partido. De repente, uma

nagear uma grande figura do movimento operário português, que forjou em condições difíceis o Partido dos trabalhadores, Partido que conduziu as grandes lutas contra o fascismo e foi a força fundamental da batalha popular e democrática, o guia da classe operária nas duras condições do regime fascista.

«O Partido criado por Bento Gonçalves — disse o camarada Pedro Soares — está presente com todo o seu poder mobilizador, com a sua larga influência de massas, nas grandes batalhas que se desenvolvem actualmente no nosso país, para assegurar os êxitos do 25 de Abril e continuar a marcha para a democracia, para a instauração de um regime democrático escolhido livremente pelo povo.

Bento Gonçalves ergueu com mãos seguras a bandeira do Partido que ele forjou e temperou.

«Bento Gonçalves está hoje aqui presente nos trabalhadores do Arsenal, que organizam esta sessão de homenagem.



guês — disse o camarada Francisco Graça, do secretariado da célula do Arsenal. Era do Arsenal que partiam, na I República, as principais iniciativas grevistas. Os operários do Arsenal sempre estiveram na primeira linha do sindicato actuante. Durante o longo período fascista, também os trabalhadores do Arsenal, e em particular os comunistas, sempre lutaram e resistiram contra a exploração e a opressão. Assim, por intermédio das suas células, dos seus militantes, o PCP esteve presente na defesa dos trabalhadores, com risco da própria vida.

«A razão da vitalidade, da organização e do prestígio do PCP deve ao facto de os seus quadros estarem bem integrados no seio das massas, na vanguarda das suas lutas, dada a razão concreta de ser do PCP, do Partido da classe operária.»

Em seguida o camarada José Maria do Rosário, um conhecido militante do PCP, que conta vários anos de luta clandestina e de muitos outros passados nos cárceres, evocou, na sua qualidade de antigo operário arsenalista, a figura de Bento Gonçalves, que ele directamente conheceu, quando era aprendiz na oficina de máquinas do Arsenal.

Falou do exemplo de Bento, da sua conduta, da sua coerência, da sua dignidade de trabalhador, que se impunha à consideração e à estima dos seus companheiros.

«Recordo que Bento Gonçalves se aproximava das aprendizagens, dos jovens como eu — disse o camarada José Maria do Rosário —, e tinha sempre uma palavra de amizade e de carinho, incitando-os a serem bons operários.

«No Arsenal, onde Bento trabalhou e lutou, todos os operários tinham por ele uma extrema admiração e carinho. Era uma só peça, pois era um homem de carácter íntegro, um destacado dirigente dos trabalhadores.»

O Partido de Bento Gonçalves está presente como uma grande força política

O camarada Pedro Soares, que se seguiu no uso da palavra, expressou a sua viva satisfação por se encontrar ali, com os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, para homena-

gem. Está presente no esforço, no sacrifício e na luta dos comunistas portugueses. Está presente no papel activo, na vigilância e na acção do PCP na fase actual da vida política portuguesa.

«A bandeira do Partido que Bento Gonçalves hasteou durante anos de luta clandestina, outros braços, outras vontades a seguraram, para que o seu exemplo de trabalhador consciente, de obreiro do Partido se continuasse nos nossos dias. Hoje a classe operária, o povo português sabem que existe uma vanguarda de luta que se chama o PCP, que se desenvolveu como força dirigente do proletariado nas mais difíceis condições e com actos de abnegação e de heroísmo que o tornaram merecedor da simpatia e do crédito político das amplas massas populares.»

Depois o camarada Pedro Soares falou da acção de Bento Gonçalves para dotar a classe operária da sua vanguarda de luta, da sua dedicação sem limites aos interesses dos trabalhadores, expressa na actividade que desenvolveu para que o Partido crescesse e se transformasse numa força dirigente do proletariado português.

A luta ideológica para a criação e desenvolvimento do Partido

«A criação do Partido Comunista Português está profundamente ligada à luta ideológica contra o «esquerdismo», de que foi exemplo marcante a corrente anarco-sindicalista que dominou o movimento operário português a partir de 1911 até à reorganização do Partido em 1929 — disse num passo do seu discurso o camarada Pedro Soares.

«Essa luta ideológica constituiu uma exigência fundamental, para que a classe operária pudesse criar a sua vanguarda de luta.

«Mas o Partido Comunista Português, sob a direcção de Bento Gonçalves, teve de combater igualmente outras correntes ideológicas estranhas aos interesses dos trabalhadores: a ideologia pequeno-burguesa a sua impaciência política, que transparecia nas

ram crimes durante a longa noite em que os fascistas dominaram.

«Não devemos adormecer sobre as conquistas alcançadas disse o camarada Francisco Miguel. — Devemos estar vigilantes porque a reacção conspira. O povo português deve tomar nas mãos os seus próprios destinos. Para isso deve saber utilizar a liberdade para construirmos a democracia, a vida nova em que queremos viver.

«O Portugal democrático não pode ser construído pelos inimigos da liberdade. Só pode ser construído por nós próprios pelos trabalhadores pelo povo português. Para isso temos que trabalhar, que saber defender os nossos direitos e fazer progredir as instituições democráticas, libertando-as dos seus inimigos. Temos que construir a democracia com as nossas mãos e os nossos braços, porque a democracia está ao nosso alcance. A sua conquista é uma tarefa de todos nós.

Por isso prezamos com tanto empenho a unidade dos trabalhadores, a unidade do movimento antifascista e a sua aliança com o heróico Movimento das Forças Armadas.»

PASSOU-SE EM FAFE...

O «Povo de Fafe», impresso na tipografia A Tradição, com redacção na Praça Dr. Oliveira Salazar, produziu na semana passada esta saborosa prosa, que transcrevemos:

Postal da Rússia — Moscovo, 18 — Amigo x. O atraso deste povo é tão grande que nem podes imaginar. Os transportes, a construção e até ao vestuário, tudo é velho e ultrapassado. Vê lá tu que ao segundo dia já tinha vendido um par de calças, 2 camisas e o relógio... Um abraço do teu amigo y.

N. da R. — Este postal chegou a Fafe em 4 do corrente e assinado por um homem nada comprometido em política, revela o viver da pobre Rússia, onde se gasta a maior parte da riqueza da nação em material de guerra!

Em complemento da anedota imbecil: o patrão da fábrica Alvorada (malhas) andou a ler este «postal» por todas as secções, fazendo mesmo parar o trabalho para isso. Numa das secções, porém, uma das operárias exclamou: «O senhor Barroso, então o homem veio de lá em quecasas? Gargalhada geral e o ridiculo para o senhor Barroso... que deve ter ido arrebitar a orelha marcha ao seu grémio patronal anti-comunista!

TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE PORTALEGRE ALARGAM A SUA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

No passado dia 8, delegados das Comissões Sindicais dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre reuniram-se no salão da FNAT. Estiveram presentes 151 delegados de 35 freguesias, representando quase todos os concelhos.

Impulsionar e desenvolver a organização sindical, visando a criação de um forte sindicato de trabalhadores

ACTIVIDADES DO PCP NOS AÇORES E NA MADEIRA

A Comissão Concelhia de Angra do Heroísmo do Partido Comunista Português inaugurou no último dia 8 o seu Centro de Trabalho, localizado na Rua Mouzinho de Albuquerque, 21, 1.º Angra do Heroísmo.

Como já tínhamos anunciado, os nossos camaradas da Comissão Concelhia do Funchal têm o seu Centro de Trabalho a funcionar na Rua da Carreira, 139, no Funchal. Este Centro de Trabalho tem sido muito frequentado e nele têm-se já realizado sessões de esclarecimento. Uma das últimas foi dedicada à solidariedade ao povo chileno e à denúncia do regime de terror do general Pinochet.

A Comissão Concelhia de Angra do Heroísmo publicou no passado dia 1 de Setembro um comunicado, que teve ampla receptividade em vários órgãos da informação local. Esse comunicado dava resposta a uma violenta campanha anticomunista e anti-democrática desencadeada por um órgão local da reacção. Em determinada altura, diz esse comunicado: «Considerando que os repetidos ataques directos ao Partido Comunista, ao Partido Socialista, ao próprio Governo de coligação se devem interpretar como acirrada

agressão ideológica ao Programa do Movimento das Forças Armadas, libertador do País, a Comissão Concelhia de Angra do Heroísmo do Partido Comunista Português manifesta o mais enérgico protesto contra a repulsiva posição assumida pelo jornal «A União» e declara que se impõem, no sentido de evitar a obstrução da via democrática e a conquista das liberdades essenciais em que todos os verdadeiros portugueses se encontram empenhados.»

Na reunião foram tratados importantes problemas, nomeadamente os relacionados com o desemprego, as tentativas dos agrários para baixarem as jornas e a resistência que estão a oferecer muitos deles à assinatura de convenções de trabalho. Foi largamente denunciada a brutal ofensiva lançada contra os trabalhadores por alguns agrários da região, que não hesitam mesmo em recorrer a actos de sabotagem económica. Os delegados sindicais que participaram na reunião aprovaram uma série de reivindicações, que servirão de base a discussões destinadas à elaboração duma Convenção de Trabalho a apresentar aos patrões. Em cada concelho realizar-se-ão amplas reuniões de trabalhadores para discutirem e aprovarem essas reivindicações.

ASSINATURAS Tabela de Preços

CONTINENTE E ILHAS 50 NÚMEROS — 125\$00 (Assinatura normal) 50 NÚMEROS — 200\$00 (VIA AÉREA) Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, S. Tomé, Timor, Brasil, Espanha: 50 NÚMEROS — 150\$00 (Assinatura VIA SUPERFICIE) 50 NÚMEROS — 520\$00 (Assinatura VIA AÉREA) ESTRANGEIRO 50 NÚMEROS — 250\$00 (Assinatura VIA SUPERFICIE). 50 NÚMEROS — 700\$00 (Assinatura VIA AÉREA)

NOTA — Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio. Aos assinantes inscritos que ainda não efectuaram a liquidação, agradecemos também que o façam.

AFRICA EDITORA

IMPORTANTES DECISÕES DA INTERSINDICAL

A Intersindical Nacional realizou recentemente três plenários, com grande afluência, em que foram discutidas e aprovadas medidas importantes. Numa delas, enviada ao Governo Provisório, os trabalhadores condenam a liberdade de acção que possibilitou o motim dos pides na Penitenciária, a repressão exercida sobre a justa indignação popular perante essa provocação e algumas actividades dos reaccionários que constituem o motivo de justificada apreensão. Exigindo medidas contra essas actividades, os representantes dos sindicatos consideram que o «verdadeiro perigo vem das forças reaccionárias e têm como prioridade o «desmantelamento completo da máquina fascista».

Reagindo contra os agentes da sabotagem económica, o plenário da Intersindical aprovou ainda uma moção em que considera «a instauração de um regime democrático em Portugal absolutamente incompatível com a liberdade de acção destruída pelos grandes agrários e pelo capital industrial que se apostam em sabotar, pelo abandono da cultura e pelos despedimentos maciços e o «lock-out» o esforço de todo o povo trabalhador na reconstrução do País». A mesma moção denuncia «veementemente o grande ca-

pital reaccionário, com todas as suas alianças com o capital estrangeiro, como responsáveis por todos os actos de sabotagem económica e política, actualmente em curso», e reclama medidas drásticas para garantir uma verdadeira democratização do País.

No plenário realizado no dia 3 do corrente, um dos pontos da agenda foi a solidariedade com os trabalhadores e o povo do Chile. Estiveram presentes dois dirigentes da Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT), Eduardo Rojas e Sergio Valdez. A assembleia

aprovou, para o dia 11 (1.º aniversário do golpe fascista em Santiago), uma paralisação de cinco minutos a respeito por todos os sindicatos e trabalhadores, «como forma de solidariedade e apoio à luta dos trabalhadores e do povo chileno e ainda como homenagem à morte heróica do Presidente Salvador Allende e de todos os patriotas da Unidade Popular que lutam contra a Junta Militar fascista».

Foi aprovada também uma proposta em que se nomeiam os representantes dos trabalhadores para a Comissão gestora da FNAT.

SANEAMENTO DE GRÉMIOS CASAS DO POVO

E JUNTA NACIONAL DE FRUTAS

— pedem os lavradores de Alturas do Barroso

Reunidos recentemente em assembleia para apreclar os seus problemas mais prementes, lavradores da freguesia de Alturas do Barroso, do concelho de Botlicas, aprovaram um documento em que, depois de considerarem que estiveram esquecidos pelo regime fascista, cuja política conduziu o povo dos campos à miséria e à emigração, e de se referirem à melhoria das condições de vida das classes mais desfavorecidas do povo português prevista no programa do MFA, declaram:

- 1. Apolar o Programa do Movimento das Forças Armadas. 2. Pedir que sejam saneados os Grémios, Casas do Povo e Junta Nacional de Frutas. 3. Pedir a restituição as populações respectivas dos terrenos baldios usurpados pelo governo anterior. 4. Pedir ao Governo Provisório que conduza a bom termo as negociações com o Movimento Livre de Agricultores, no sentido de serem revistos os preços de cereais pagos ao pequeno e médio agricultor sem sobrecarga do produtor consumidor.

Vitória dos trabalhadores em Benfica do Ribatejo

Os trabalhadores de Benfica obtiveram uma vitória contra o patronato quando conseguiram a assinatura, no dia 3 deste mês, da Convenção de Trabalho que reconhece as suas reivindicações.

Aliás, a assinatura da Convenção veio pôr termo à greve iniciada no dia 30 de Agosto, após todo um período de negociações em que as contrapropostas do patronato se mostravam irrisórias, num desprezo total pelos interesses dos trabalhadores.

A dificuldade surgida nas negociações resultou da Associação Livre dos Agricultores (ALA), representada pelos grandes latifundiários, tentar defender a ideia de que eles poderiam pagar os salários reivindicados mas que tinham de ter em conta os interesses dos pequenos proprietários, muito embora estes já estivessem a praticar os aumentos exigidos.

Esta Convenção termina no dia 30 de Novembro e, 15 dias antes do termo do contrato, iniciam-se novas negociações para estabelecer nova Convenção.

Os salários semanais acordados são os seguintes: 1140\$00 para os homens; 780\$00 para as mulheres e 1350\$00 para os tractoristas.

Advertisement for 'Avante!' magazine. It features the title 'LÊ E ASSINA' in large letters, followed by 'Avante!' in a stylized font. Below this, it says 'Orgão Central do Partido Comunista Português'. There is a form for subscription with fields for 'Nome', 'Morada', and 'Localidade'. At the bottom, it says 'Remete ao "Avante!" - Av. António Serpa - 26-2º Esq. - Lisboa-1' and 'AFRICA EDITORA'.

Advertisement for 'Avante!' magazine. It features the title 'LÊ • ASSINA • DIVULGA' and 'UMA VOZ DEMOCRÁTICA' above a drawing of a person holding a banner. Below this, it says 'a opinião' in large letters. At the bottom, it says 'REDAÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 • PORTO • TELEF. 487959'.

# O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO DA URSS COM A EUROPA

O plano estatal para 1974 prevê o incremento em 10% do comércio externo da URSS. Isto significa que o comércio externo soviético continua a desenvolver-se a ritmos mais acelerados do que a economia nacional no seu conjunto.

Presentemente, mais de 16% do comércio externo da URSS corresponde aos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental e cerca de 70% do nosso intercâmbio comercial corresponde aos países capitalistas industrialmente desenvolvidos do mundo. As relações comerciais entre a União Soviética e a Europa Ocidental ampliam-se rapidamente e acusam mesmo um ritmo de crescimento maior que o comércio externo da URSS no seu conjunto. Em resultado disto, a parte correspondente a este grupo de países no comércio externo da URSS aumenta e a URSS participa cada vez mais activamente na divisão internacional (particularmente europeia) do trabalho.

Consideramos que este facto reflecte as necessidades e os interesses objetivos de ambas as partes e não podemos concordar de modo algum com aqueles que afirmam que a URSS tem em mira supostas vantagens unilaterais. E uma vez que estas afirmações persistem, vale a pena detemo-nos nelas.

O comércio entre Estados independentes pode desenvolver-se exclusivamente em pé de igualdade e em bases mutuamente vantajosas. Seria absurdo admitir que alguém sacrificasse os seus próprios interesses a favor do seu parceiro. O comércio externo proporciona lucros a todos os que nele participam graças ao aproveitamento das vantagens da divisão internacional do trabalho. Já lá vão os tempos em que cada país, sozinho, vendia os seus excedentes e comprava no mercado mundial o que necessitava. Agora, cada vez com mais frequência, há que pensar no que é mais conveniente: projectar ou organizar a produção deste ou daquele artigo ou adquirir-lo no estrangeiro. Assim procedem todos os países, inclusive a União Soviética.

Não há, portanto, fundamento para se falar no «interesse especial da União Soviética em ampliar o comércio com os Estados capitalistas desenvolvidos, apresentando-se a URSS no papel de pedinte da avançada tecnologia ocidental, que nada pode oferecer em troca além dos seus recursos naturais».

A União Soviética está interessada em ampliar e aprofundar a cooperação internacional e não o escon-

de um quinto da produção industrial mundial) foi criado em virtude das circunstâncias históricas existentes ao longo de muitos anos, quase exclusivamente à custa das suas possibilidades internas e apesar do bloqueio estrangeiro. A situação é simples e consiste em continuar e ampliar o diálogo comercial com o Ocidente. Este diálogo, porém, só pode desenvolver-se em pé de igualdade e de vantagens mútuas. De modo

quais as organizações soviéticas adquirem equipamentos, materiais e licenças necessárias, amortizando estes créditos com o produto das novas empresas. As transações compensativas contribuem para desenvolver relações estáveis e a longo prazo entre os países participantes.

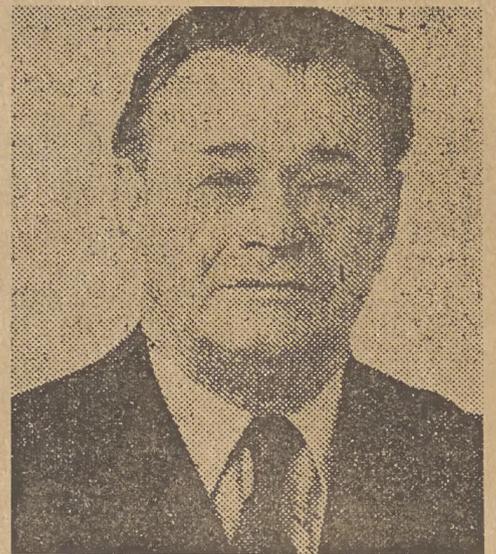
A cooperação na base compensativa permite-nos acelerar a exploração das riquezas naturais e criar novas capacidades industriais. O interesse dos nossos clientes e compradores em tal tipo de cooperação consiste em que, por um lado, esta lhes garante grandes pedidos soviéticos de equipamentos da sua produção, e, por outro lado, recebem da URSS a longo prazo os produtos industriais e as matérias-primas de que necessitam.

Nos últimos anos, foram assinados uma série de acordos sobre exportação de gás natural soviético para a Áustria, Itália, República Federal da Alemanha, França e Finlân-

Com o importante consórcio químico italiano Montecatini-Edison foi assinado um acordo de cooperação, na base de compensação, para a construção de sete grandes complexos químicos na URSS e exportação para a Itália de vários produtos químicos. Este acordo vigorará num período de 10 a 12 anos. O volume do intercâmbio comercial é da ordem dos 500 milhões de rublos.

Foi assinado também um acordo de cooperação com firmas finlandesas para a construção de um complexo mineiro. Por outro lado, colaboramos com firmas, também finlandesas, para a construção na URSS de complexos da indústria de madeiras.

Estão em curso negociações com grandes consórcios da RFA para a construção de um complexo metalúrgico na URSS na base dos jazigos de ferro de Kursk (na parte europeia da URSS). Será uma das mais



## Por NIKOLAI PATOLICHEV ministro do Comércio Externo da URSS

dia por períodos de 20-30. Simultaneamente com a venda de gás chegou-se a acordo para a compra a crédito de tubos de grande diâmetro, máquinas e equipamentos para a indústria de gás, amortizando estas aquisições com o fornecimento de gás.

Firmas francesas exportarão para a URSS, em 1975 e 1976, equipamentos para o complexo da indústria de madeiras de Ust-Ilimsk (Sibéria Oriental), que serão amortizados mediante o fornecimento de celulose.

importantes transações com a RFA e será também numa base de compensação. Transações semelhantes foram assinadas com o Japão e os Estados Unidos.

Estes laços económico-comerciais a longo prazo reforçam a confiança, criam uma boa base económica para estabelecer e desenvolver favoravelmente as relações políticas entre os países europeus e reflectem-se de modo muito positivo no clima político internacional.

Exclusivo da Agência Novosti para «Avante!»

## Breves notícias dos países socialistas

### UNIÃO SOVIÉTICA

O Comité para o Ensino Técnico-Profissional da URSS comunicou que, este ano, receberam qualificação profissional nas inúmeras escolas do país, 2 milhões de operários. Na URSS existem 6 mil escolas técnicas profissionais, nas quais os jovens, além de um ofício tiram, também, o curso geral obrigatório.

Konstantin Ródnov, ministro da Indústria de Aparelhos e Meios de Automação da União Soviética, declarou que este ramo é o mais dinâmico da economia do país. Entre Janeiro e Julho deste ano, a produção neste sector aumentou 17% em relação com igual período do ano passado. Aumenta com particular rapidez a produção de máquinas electrónicas, computadores, sistemas de direcção e automação, o que permitiu fabricar novas máquinas-ferramentas altamente aperfeiçoadas, com direcção programada e linhas automáticas, que elevam a produtividade do trabalho em 6-10 vezes. A nova técnica não cria, porém, desemprego e a ampliação da produção garante a plena ocupação da mão-de-obra.

### REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO VIETNAM

No primeiro semestre de 1974, os camponeses cooperativistas de RDV tornaram cultiváveis 250 mil hectares de terras, através da construção de diques e canais. Construíram 161 albufeiras, sete estações completas de regadio e um grande número de estações de bombagem.

Com grande êxito, procedeu-se na RDV, à primeira colheita de arroz deste ano, que ultrapassou os resultados previamente calculados. Procedeu-se, igualmente, à colheita de milho, batata, cana-de-açúcar, etc.

Na RDV existem mais de 18 mil cooperativas agrícolas, que melhoraram, consideravelmente, o seu equipamento técnico nos últimos anos. Neste momento elas dispõem de 23 000 motores eléctricos, 15 mil bombas, 25 mil máquinas diversas, etc. Foram, igualmente, melhoradas as estradas e caminhos do país: 90% das aldeias da RDV estão ligadas aos centros urbanos por caminhos abertos ao trânsito automóvel.

### REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

No passado dia 2, início do novo ano escolar, cruzaram pela primeira vez os portais das escolas da RDA 243 mil crianças. O total de crianças matriculadas, este ano, nas escolas do país, eleva-se a 2,7 milhões. 31,9 milhões de livros foram distribuídos gratuitamente, a essas crianças.

Para alcançar o nível de instrução que hoje possuem as escolas da RDA, foi preciso percorrer um longo e difícil caminho que partiu desta base impressionante: afastamento de 70% dos professores primários, por terem estado filiados no Partido nazi e nele terem desenvolvido marcante actividade. Com a reforma escolar de 1945 e com a lei sobre a democratização da escola, promulgada em 1946, a escola para privilegiados foi substituída pela escola democrática de 8 anos, criando, assim, as bases para um desenvolvimento democrático no território que hoje constitui a RDA.

### REPÚBLICA SOCIALISTA DE CUBA

O número de mulheres trabalhadoras em Cuba triplicou desde o triunfo da Revolução, em 1959. Actualmente, trabalham nos diversos sectores da vida nacional 670 mil mulheres, o que corresponde a 24% do número total de trabalhadores do país.

### REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA

A companhia aérea búlgara Balkan transportou um milhão de passageiros durante o primeiro semestre deste ano. A aviação civil búlgara foi fundada em 1947. Os seus aviões asseguram, neste momento, voos regulares para 30 países da Europa, Ásia, África e América.

### REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA

Combater o ruído é uma necessidade imperiosa. O aumento dos serviços municipais, o desenvolvimento do parque automobilístico e as fábricas em geral, requerem cada vez maior quantidade de dispositivos «silenciadores». Os especialistas húngaros consideram que, neste momento, é necessário aplicar, com maior amplitude, dispositivos de protecção contra ruídos e desenvolver e produzir dos mesmos. Várias fábricas de Budapeste estão já a especializar-se em materiais e estruturas à prova de ruídos.

### REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DA COREIA

Durante os últimos anos, a República Democrática Popular da Coreia assumiu grande importância a construção de vias férreas. Este ano, para o desenvolvimento da rede ferroviária do país foram destinados 40% mais de verbas do que no ano anterior. O transporte ferroviário da RDPC alcançou já o nível dos países avançados no que respeita ao volume do tráfego e ao equipamento técnico.

algum pode tratar-se dum «interesse especial», e, muito menos ainda, de dependência alguma.

Os êxitos alcançados no fortalecimento dos laços económicos URSS-Ocidente encontram uma compreensão cada vez maior. Nos últimos anos, as relações económicas da URSS com os países da Europa Ocidental entraram numa nova fase. Organiza-se uma cooperação integral, prolongada e mutuamente vantajosa na base de acordos e convénios a longo prazo. Acordos destes, por um prazo de 10 anos, foram assinados com a Finlândia, França, Áustria e República Federal da Alemanha. Conversações para a assinatura de acordos e convénios idênticos estão em curso com a Itália, Inglaterra e Bélgica.

Nos países da Europa Ocidental produzem-se em quantidades insuficientes, ou não existem, muitos tipos de matérias-primas semibabricadas e combustíveis que constituem produtos tradicionais da exportação soviética. Entre eles metais não-ferrosos, madeira, chapa prensada, carvão, petróleo, derivados do petróleo, gás, algodão e diversos produtos de consumo.

Os países ocidentais-europeus exportam para a URSS, em grandes quantidades, chapa de aço para automóveis e transformadores, produtos químicos, lã, fibras sintéticas, etc.

Grande importância no comércio da URSS com os países da Europa Ocidental tem o intercâmbio de maquinaria e equipamentos. Há muito anos já que a URSS é grande importadora de maquinaria e equipamentos da Europa Ocidental para as indústrias química e de madeira, para fábricas de automóveis, para a indústria de materiais de construção e empresas das indústrias ligadas e de alimentação.

Do mesmo tempo, os êxitos no desenvolvimento da indústria soviética de maquinaria permitiram aumentar consideravelmente a exportação, pela URSS, de maquinaria, equipamentos e electrodomésticos para os países da Europa Ocidental. A União Soviética exporta máquinas-ferramentas para cortar metais, escavadores, tractores, automóveis, aviões, barcos, etc. Exporta igualmente relógios, máquinas fotográficas e de filmar, aparelhos de rádio e televisores. Foram ainda concedidas a países ocidentais-europeus licenças para a produção de artigos industriais e processos tecnológicos moderníssimos elaborados e utilizados na URSS.

Uma forma relativamente nova de relações comerciais externas são os acordos de cooperação com firmas de países da Europa Ocidental na exploração de recursos naturais soviéticos, de empresas para a produção industrial na base da compensação.

O essencial destes acordos consiste em que para tais fins se utilizam créditos estrangeiros, com os

## REUNIÃO DOS PARTIDOS CHILENOS

# UNIDADE NA LUTA CONTRA O FASCISMO

Reunidos em Budapeste no dia 26 do passado mês de Agosto, os representantes dos partidos da esquerda chilena publicaram uma declaração sobre a situação política no Chile um ano após o putch militar. Assinaram esta declaração os seguintes partidos: Partido Socialista, Partido Radical, Partido Comunista, Esquerda Cristã, Partido MAPU, Partido MAPU Operário e Camponês, Movimento da Esquerda Revolucionária.

Depois de ter prestado homenagem à memória do presidente Salvador Allende, os partidos da esquerda chilena analisaram a catastrófica situação económica em que se encontra o Chile:

«A produção baixou em quase todos os domínios. A indústria, os serviços, a agricultura encontram-se em plena crise. Diminuiu, sem cessar, a produção da média e pequena empresa mineira. (...) Os militares não pagam qualquer preço para manterem o seu domínio. A grande burguesia monopolista, que apoia incondicionalmente a ditadura, exige, todos os dias, novas medidas políticas e económicas que lhe permitam aumentar os seus lucros.

«A miséria atinge actualmente um nível trágico. Em certos bairros de Santiago e noutras cidades, grupos de crianças e de adultos recolhem o lixo nos caixotes. Pessoas mendigando de porta em porta constituem um espectáculo quotidiano. Dezenas de milhares de chilenos e de chilenas estão reduzidos à vagabundagem e à prostituição. (...) A classe operária foi atingida com um encarniçamento particular. As suas condições de vida aproximam-se dos níveis mínimos da sobrevivência. O desemprego atinge mais de 15 por cento da população activa.

«As falências são cada vez mais numerosas entre os pequenos comerciantes. Até fins do mês de Maio, 10 por cento dos comerciantes tinham sido obrigados a encerrar os seus estabelecimentos. (...) Os pequenos e médios industriais sofrem um destino semelhante. Mais de 500 empresas, pequenas e médias, encerraram as suas actividades.

Todos os progressos materiais e os direitos sociais conquistados pelo nosso povo foram anulados. O desaparecimento das garantias no domínio do trabalho, a interdição de toda a actividade sindical, a perseguição de dirigentes, os despedimentos arbitrários massivos e a supressão de discussões colectivas deixaram os trabalhadores sem defesa face à vontade patronal.

(...) Mas os militares fascistas sentem-se cada vez mais inseguros. No próprio seio das forças armadas erguem-se, quotidianamente, cada vez mais protestos contra o papel ignominioso que são obrigados a desempenhar. Só o apoio incomensurável do imperialismo mantém a ditadura no poder.»

**A consciência do povo não poderá ser exterminada**  
Depois de sublinharem o papel particularmente negativo desempenhado por certos políticos de que é exemplo Eduardo Frei, os partidos da esquerda chilena declaram que as forças democráticas continuam a agir no Chile. Os partidos organizaram-se e, nas difíceis condições de clandestinidade, apesar da repressão, dirigem e desenvolvem múltiplas formas de resistência contra a ditadura. Durante os últimos me-

ses, multiplicam-se as acções que atingem progressivamente um carácter de massa. A Junta, como resposta, desencadeou uma nova vaga de repressão comparável à que se seguiu ao putch.

Mas a consciência do povo não pode nem poderá ser jamais exterminada. A Frente antifascista reforça-se e desenvolve-se em todo o Chile, no ardor do combate e na unidade de acção de todos os patriotas prontos a combater até ao fim para abolir a ditadura e para instaurar uma nova democracia de carácter popular.

Da conduta dos militares fascistas ressalta uma linha de força: a sua vontade de levar a extremos a guerra ao povo. Mas o desenvolvimento do aparelho militar chileno serve também de dispositivo de provocação utilizado pelo imperialismo em relação aos países vizinhos. Os perigos ultrapassam as fronteiras chilenas. É por isso que, seguros de exprimir a vontade de paz de todas as forças progressistas da América Latina, pedimos aos Estados e aos governos de todo o mundo que não vendam armas à Junta fascista chilena.

## COROS E DANÇAS DA MARINHA SOVIÉTICA EM PORTUGAL

Gracias à iniciativa da Associação Portugal-URSS os portugueses vão ter a oportunidade de assistir, pela primeira vez, à exibição do famoso conjunto de coros e danças da Marinha Soviética — o conjunto de Sebastopol.

Criado há mais de 35 anos a partir dum pequeno núcleo de artistas profissionais, este conjunto que é um dos mais antigos da URSS, tornou-se famoso em todo o mundo.

Durante a última guerra mundial, o conjunto de Sebastopol, cujo nome nos faz imediatamente evocar as façanhas gloriosas escritas a sangue nos muros da cidade-heróica, cantava-se entre os combatentes. A sua actividade artística desenvolveu-se, sobretudo depois da guerra.

Em 1963, este conjunto conquistou o primeiro lugar entre os grupos de marinheiros no concurso de conjuntos militares de coros e danças da URSS. Dirigido pelo coronel Bogolepov, compositor, director ar-

## SAUDAÇÃO FRATERNAL AO PC BÚLGARO

Comemorando os trinta anos da revolução socialista na República Popular da Bulgária, o encarregado de Negócios no nosso país, camarada Budin Keremidarov, ofereceu uma recepção a que estiveram presentes diversas individualidades, membros do corpo diplomático, nomeadamente dos países de Leste, jornalistas, escritores, etc.

O Partido Comunista Português esteve representado por uma delegação chefiada pelo camarada José Vitoriano, membro do Comité Central. Em nome do «Avante!», esteve presente o camarada Pedro Soares, também membro do Comité Central.

Entretanto, e por ocasião desta data histórica — 9 de Setembro — para o povo da pátria de Dimitrov o nosso Partido enviou ao Comité Central do PC búlgaro a seguinte saudação:

**Queridos Camaradas!**  
Por ocasião do 30.º aniversário da insurreição de Setembro de 1944, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista búlgaro e, por seu intermédio, os comunistas e todo o povo búlgaro, e exprime os mais sinceros votos por êxitos cada vez maiores na construção do socialismo.

Berço da primeira insurreição antifascista do mundo — grande epopeia do povo búlgaro e acontecimento de importância internacional — a pátria de Dimitrov caminha vitoriosamente na construção da sociedade socialista desenvolvida.

A comemoração do 30.º aniversário da insurreição de Setembro de 1944, que, com a ajuda decisiva do Exército

soviético, abriu o caminho ao triunfo do socialismo na Bulgária, realiza-se no quadro de grandiosos sucessos políticos, económicos, sociais e culturais e da amizade inquebrantável com os povos da União Soviética e dos outros países socialistas, com todos os povos que lutam pela paz e liberdade o socialismo.

Agora libertado do fascismo, é com profunda atenção que o povo português acompanha os êxitos alcançados pelo povo búlgaro. O estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Bulgária constitui um passo da maior importância para o desenvolvimento das relações económicas, técnicas, culturais e humanas entre os dois países. Foi com sin-

cera alegria que os trabalhadores e o povo de Portugal saudaram esse acontecimento, no quadro geral das relações com os países socialistas.

Desejamos, ardentemente, que os nossos dois partidos, estritamente unidos pelas tradições de uma dura luta contra o fascismo, pela paz e democracia e o socialismo desenvolvam e fortaleçam ainda mais, nas novas condições, os sólidos e fraternais laços de amizade e cooperação já existentes entre ambos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O Comité Central do Partido Comunista Português

## GRANDE HONRA PARA O NOSSO PARTIDO

# ÁLVARO CUNHAL AGRACIADO COM O PRÉMIO DIMITROV

Por ocasião do 30.º aniversário da República Popular da Bulgária foi atribuído ao camarada Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista Português, o Prémio Internacional Georges Dimitrov, pela sua destacada actividade na luta da classe operária portuguesa e no movimento comunista e operário internacional.

Trata-se de uma grande honra para o nosso Partido e todos os seus membros, e do reconhecimento do valor da sua luta conduzida contra o fascismo e o colonialismo ao longo de quase meio século.

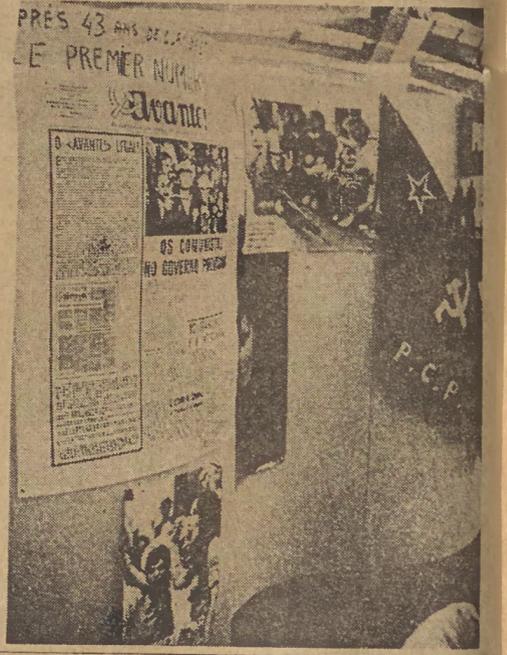
## «AVANTE!» PRESENTE NA FESTA DO «DRAPEAU ROUGE»

«Drapeau Rouge», o órgão do Comité Central do Partido Comunista Belga, promoveu em Wieve, a 30 quilómetros de Bruxelas, uma festa, à qual assistiram milhares de simpatizantes do partido irmão da Bélgica.

O «Avante!» apresentou na festa um «stand» de informação e venda de materiais do

Partido. Notou-se da parte do público belga e dos emigrantes portugueses um grande interesse no processo de democratização em curso.

Delegações do «Avante!» estiveram presentes nas festas de «L'Humanité» e de «L'Unité», visitas a que daremos destaque nos próximos números.



Um documento de rara oportunidade

## A INTERVENÇÃO AMERICANA NO CHILE

LIVRO NEGRO

por

### ARMANDO URIBE

antigo diplomata chileno em Washington e Pequim

A REVELAÇÃO DE DOCUMENTOS SECRETOS ATÉ AGORA INÉDITOS

Preço: 85\$. A venda em todas as livrarias

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA Apartado 8 - Mem Martins

**SEARA NOVA**

N.º DE SETEMBRO

EDITORIAL OS GRANDES ESQUECIDOS por R. L.

O EPISCOPADO E O 25 DE ABRIL

depoimentos

A POSIÇÃO DA IGREJA EM CUBA

e ainda, além de outros artigos e a habitual secção De Leste a Oeste, uma importante entrevista com

FERNANDO LOPES GRACA

conduzida por Mário Vieira DE CARVALHO

# CONSTRUIR A UNIDADE

As grandes iniciativas de massas são sempre grandes fontes de experiência e ensinamentos. E se a Semana de Apoio ao Povo do Chile foi uma vitória histórica na história do jovem Portugal democrático, foi também um precioso manual de factos cuja análise contribuiu decisivamente para enriquecer a experiência do povo português e das forças democráticas.

Cumpre salientar, antes de tudo o mais, o entusiástico acolhimento que a solidariedade com o povo irmão do Chile encontrou no povo português. Para quantos glosam e argumentam com a «impreparação política», com a indiferença silenciosa das massas, eis centenas de milhares de homens, mulheres e jovens por todo o País a demonstrarem vibrante e compreensiva de que a luta pela liberdade e pela democracia diz respeito a todos os povos do mundo. O povo português que, ao apoiar decididamente a política de descolonização rasgada pelo Movimento das Forças Armadas fezera seu o princípio de que nenhuma povo é verdadeiramente livre quando oprime outros povos, lançou agora mais uma prova da sua maturidade ao empenhar-se no auxílio a uma luta cuja dureza bem conhece, a uma luta que abrindo os caminhos da liberdade no Chile, consolida os caminhos da liberdade em Portugal. E consolida não só porque um apoio concreto galga oceanos e dá alento a um combate longínquo, mas também porque aqui, onde construímos um Portugal novo, mobiliza, organiza, esclarece.

Ao apoiar o povo do Chile o povo português recebeu também inestimáveis contributos. Ao estender o braço fraterno da solidariedade, escutou a palavra vivida de uma experiência:

«Os companheiros que resistem heroicamente no interior do país fizeram uma profunda autocritica. Aprenderam que a causa principal da derrota foi o povo não ter sabido construir a sua unidade no momento decisivo da luta. A classe operária e o povo do Chile aprenderam duramente o valor da unidade, porque hoje a repressão não distingue o cristão e o marxista e sobre todos se abate.»

Que todos oijam. Quando o PCP aponta a unidade como caminho indispensável para a vitória do processo de democratização não define um programa político original ou elaborado em gabinetes: fornece a necessária resposta às exigências concretas da luta do povo português pela sua liberdade.

E a experiência da luta do nosso povo e de todos os povos que ensina que a unidade é indispensável à construção da democracia. E o facto de haver quem ignore esta realidade, em nada a altera. Tal ignorância levanta problemas: também aí a Semana de Apoio ao Povo Chileno trouxe elementos importantes.

A unidade é uma orientação das forças democráticas mais representativas de Portugal: o facto de haver quem dela se pretenda afastar não pode pôr em causa uma orientação correcta. E seguir uma política unitária o esforçarmo-nos porque ela se concretize, mesmo quando as dificuldades surgem daqueles com quem procuramos unirmo-nos. Uma orientação política unitária nem começa, nem acaba quando a unidade se faz, quando o esforço unitário é comum, não começa nem acaba quando a unidade se vê abalada, nem sequer começa nem acaba quando a unidade se rompe. A cada nova situação há que adaptar o trabalho, compreendendo o fundamental de uma realidade que os desvios ou oportunismos não alteram.

A divisão das forças democráticas interessa apenas à reacção. E se, por inopia política u acidente, alguns a provocam, não poderemos embarcar na triste tarefa de sublinhar erros que ao inimigo aproveitam.

E, com a Semana de Apoio ao Chile, muito se provou. Não se constrói a unidade afirmando que ao MDP/CDE, ao MDM, ao MJT não cabem um importante papel na construção da democracia, quando se verifica que a unidade dessas organizações leva por diante uma impressionante movimentação de massas. Não se constrói a unidade afastando-se de uma iniciativa unitária largamente apoiada para fazer ao lado, desperdiçando esforços e semeando a confusão, ou uma iniciativa com o mesmo objectivo. Não se constrói a unidade comprometendo-a em nome de ilusórias interesses particulares ou partidários, lá onde ela se torna realidade, lá onde el a unidade na acção. Não se constrói a unidade ignorando as massas, as suas organizações que claramente responderam à chamada do MDP, da Inter-sindical, do MDM, do PCP.

A presença unida do povo nos comícios, nas sessões, em todas as iniciativas da Semana de Apoio ao Chile provou que o povo português está unido e está com as forças democráticas que constroem coerentemente a unidade.

Da luta que hoje se trava na Pátria de Allende e Neruda vieram palavras claras: ninguém as ignora. O povo português não pode contentar-se com a autocritica dolorosa dos companheiros chilenos tendo de ser feita no Portugal libertado em Abril.

# CENTENAS DE REALIZAÇÕES DE NORTE A SUL DO PAÍS

A Semana de Solidariedade ao Povo do Chile foi uma impressionante realidade em todo o País.

De Norte a Sul, o povo português afirmou bem alto o seu apoio a todos quantos na terra chilena sofrem a brutal repressão fascista, o peso da exploração do imperialismo.

Millhares e milhares de assinaturas protestando contra a situação no Chile foram recolhidas e em todas as iniciativas se recolheram fundos para auxílio à resistência naquele País.

Cooperativas, organizações democráticas, partidos, sindicatos, comissões administrativas de autarquias locais, colectividades populares, associações de estudantes lançaram-se entusiasticamente à concretização de uma das mais belas jornadas que o Portugal libertado conheceu: a expressão fraterna e sentida da solidariedade e do apoio às vítimas do fascismo.

E quase impossível fazer o balanço integral das centenas de sessões, comícios, exposições, palestras, exhibições de filmes, espectáculos que se realizaram.

Lembremos, porém, algumas dessas realizações.

O esforço de esclarecimento e denúncia da situação do povo do Chile determinou o grande interesse na realização de comícios dedicados à análise da experiência do Governo de Unidade Popular e da ofensiva de que foi vítima. Ao longo da semana sucederam-se assim centenas de reuniões em que falaram oradores do Conselho Português para a Paz e Cooperação, do Movimento Democrático Português, do PCP, do Movimento da Juventude Trabalhadora, do Movimento Democrático de Mulheres e de outras organizações que apoiaram a iniciativa. De Portimão a Braga, de Castelo Branco a Setúbal, em Alcochete, Alpiarça, Couço, Faro, Coimbra, Vila Real, S. João do Estoril, Leiria, Amadora e tantas outras terras centenas de milhares de portugueses afirmaram bem alto «O Chile vencerá».

Mas, para além dos comícios surgiram muitas outras manifestações. Em Abrantes, por exemplo, a Comissão Conciliadora do MDP, em colaboração com o PCP e com o PS, organizou um jornal de parede de quatro metros de extensão, afixado na Praça da República. No Sindicato dos Empregados Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca realizaram-se vários espectáculos com música chilena e exibição de um filme sobre o Chile. Também na Voz do Operário, em Lisboa, por iniciativa do MDP/CDE e do MJT se realizou uma exibição de um filme sobre o Chile. A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures aprovou uma expressiva moção que foi enviada ao embaixador do Chile em Lisboa. Por seu turno, a Comissão Administrativa do município de Oeiras deliberou atribuir o nome do presidente Salvador Allende

de a quatro ruas nas localidades do concelho: a ex-Alameda Marechal Carmona, em Algés, a ex-Av. Oliveira Salazar, em Oeiras, a ex-Av. Oliveira Salazar, em Paço d'Arcos e a ex-estrada do Alto do Marado, na Amadora.

Pelo impacto que teve, é também de salientar a iniciativa do Sindicato dos Profissionais das Telecomunicações

constituiu igualmente impressionante manifestação de unidade. Em Vila Franca, por exemplo, o trabalho parou em todas as fábricas e às 11 horas precisas as sirenes tocaram, associando-se às dos Bombeiros Voluntários. O mesmo aconteceu noutras localidades.

Nas empresas do País, seguindo as palavras de ordem da Inter-sindical,



Eduardo Rojas, secretário-geral da CUT chilena, quando discursava no Pavilhão dos Desportos

um silêncio de cinco minutos foi generalizado. Na Sorefame e na Cometa, resistentes chilenos, Eduardo Rojas e Sérgio Valdez marcaram a sua presença no convívio com a classe operária em greve simbólica. Rojas, em resposta à solidariedade de todos os trabalhadores portugueses e abraçando nos operários da Cometa a classe operária portuguesa, afirmou: «Os vossos êxitos são êxitos nossos. Que a nossa dolorosa experiência sirva ao povo português, como serviu ao povo chileno que, com esta derrota, aprendeu muito.»

«A luta do povo chileno é uma luta de todos os povos, é a luta de todas as forças progressistas do mundo. Porque é a luta da humanidade progressista contra o fascismo. E o fascismo não é apenas o escravizador e opressor do povo chileno. É o inimigo de todos os povos, porque é também o mais directo e sanguinário aliado do imperialismo.

**NOVIDADE**  
**OS TRABALHADORES NA EMPRESA**  
ARMANDO CASTRO — FRANCISCO PEREIRA DE MOURA  
FRANCISCO MARCELO CURTO — JORGE SAMPAIO  
MARCO PINTO E SERGIO RIBEIRO  
Esc. 50\$00  
PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.º — Lisboa



Aspecto da assistência que encheu o Pavilhão dos Desportos de Lisboa

# GRANDIOSA JORNADA DE SOLIDARIEDADE O COMÍCIO NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Noite de 6 de Setembro. Primeira acção de massas de solidariedade ao Chile. Adesão inesquecível de milhares e milhares de pessoas ao combate libertador da resistência chilena. Noite que ficará na memória de todos. Noite de vibrante entusiasmo. É uma prova do alto sentido internacionalista que anima as massas populares no nosso país.

## Mensagem do camarada Alvaro Cunhal

Ocuparam os lugares da mesa os representantes das organizações de massas que deram a sua adesão à jornada de solidariedade, presidindo o prof. Rui Luís Gomes, cuja presença foi assinalada por uma significativa manifestação da assistência.

Depois de uma curta intervenção, foi lida uma mensagem do camarada Alvaro Cunhal, na qual se escreve:

«Na complexa luta actual do povo português para consolidar as liberdades e assegurar a instauração de um regime democrá-

tico escolhido pelo próprio povo, temos presente a experiência dos democratas do Chile. É certo que a situação é muito diversa. As forças armadas portuguesas deram uma ditadura fascista e são animadas por um amplo e profundo movimento de carácter democrático aliado ao movimento popular.»

«Mas a reacção dispõe ainda de importantes posições e de poderosas forças, conspira e procura aproveitar a odiosa experiência da contra-revolução chilena.»

E a finalizar a mensagem do camarada Cunhal afirmou:

«Podeis estar certos, camaradas e amigos, que não pouparemos esforços nem energias para cortar o passo à reacção e ao fascismo e para tornar impossível em Portugal o regresso a uma ditadura fascista.»

«A par da solidariedade quotidiana à vossa luta, será essa a maior contribuição que podemos dar à luta heroica do povo chileno pela liberdade, a democracia e a independência nacional.»

## Chile, uma causa comum

Usou depois da palavra o escritor Urbano Tavares Rodrigues que começou por afirmar:

«O que se passou e se passa no Chile iguala, se não é que excede, em brutalidade, estupidez e cruza desumana, os crimes monstruosos da Alemanha de Hitler.»

Seguidamente Urbano Tavares Rodrigues denunciou as torturas, os massacres, a vaga de terror que se abateu sobre o Chile, para pôr em evidência o papel do imperialismo americano, que justamente considerou como um factor determinante da consumação do golpe de Estado, que hostilizou de todos os modos possíveis o Governo de Unidade Popular, criando as condições para a crise.

O prof. Pereira de Moura, que falou em nome do MPD/CDE definiu as razões por que somos irmãos dos chilenos, para desenvolver em seguida a linha de acção que conduz à sociedade so-

cialista, «uma sociedade onde não haja exploradores nem explorados», considerando-o o grande objectivo do século XX. Analisando a experiência chilena e as manobras da reacção, o prof. Pereira de Moura afirmou em determinado passo do seu discurso:

«Tudo o que possa provocar divisões entre os povos e as forças armadas é inadmissível.»

Em seguida usou da palavra Maria Luisa Costa Dias, que saudou, em nome do MDMP as mulheres do Chile, toda a resistência chilena.

«A luta do povo chileno é uma luta de todos os povos, é a luta de todas as forças progressistas do mundo. Porque é a luta da humanidade progressista contra o fascismo. E o fascismo não é apenas o escravizador e opressor do povo chileno. É o inimigo de todos os povos, porque é também o mais directo e sanguinário aliado do imperialismo.»

E mais adiante afirmou: «Podemos dizer que a nossa solidariedade ao Chile será tanto mais forte, tanto mais activa, tanto mais ampla quanto mais firme for a consciência do nosso povo e das forças democráticas

para continuarmos a marcha iniciada na madrugada do 25 de Abril.»

«Durante três anos de liberdade no Chile, a juventude chilena participou na construção de uma nova sociedade.»

«O desenvolvimento da sociedade chilena era seguido por nós, passo a passo, com admiração e simpatia, o que nos dava ânimo e coragem na nossa luta.»

Emocionada, a assistência escutou de pé as últimas palavras do Salvador Allende no momento em que as tropas comandadas por oficiais fascistas se lançavam ao assalto do palácio de La Moneda.

«Trabalhadores da minha Pátria: tenho fé no Chile e no seu destino» — disse Salvador Allende momentos antes de ser assassinado. — «Outros homens não de supér este momento de cinza e de amargura em que a tração pretende impor-se. Fiquem sabendo que cedo se abrirão as grandes alamedas pelas quais há-de passar o homem livre para construir uma sociedade melhor.»

«Venceremos, camaradas» — afirmou Eduardo Rojas

O último discurso foi pronunciado por Eduardo Rojas, membro do Comité Central do MAPU — Obrero e Campesino.

«É quase impossível descrever a forma como foram ditas e escutadas as palavras do companheiro chileno. Voz embargada e contida, Eduardo Rojas fez a história do Governo de Allende. Os milhares de pessoas que enchiam o pavilhão passavam do silêncio atento às mais entusiásticas expressões de apoio.»

Foi uma multidão emocionada, que escutou as últimas palavras do aquilão de luta que foi traçado:

«Com a queda de Allende, o meu país foi alvo de uma mudança dramática: o balanço pode resumir-se em 20 000 mortos, 30 000 prisioneiros políticos, sindicatos proibidos, associações encerradas, actividade estudantil interdita, partidos proibidos, tortura, desprezo pelos direitos humanos. Porém, por mais criminosa, assassina e repressiva que a reacção se mostre, os seus dias estão contados, e a experiência de Portugal mostra-o. Os companheiros que resistem heroicamente no interior do país fizeram uma profunda autocritica. Aprenderam que a causa principal da derrota foi o povo não ter sabido construir a sua unidade no momento decisivo da luta. A classe operária e o povo do Chile aprenderam duramente o valor da unidade, porque hoje a repressão não distingue o cristão e o marxista e sobre todos se abate. No entanto, esta repressão feroz veio criar mais condições para a construção da unidade. A Frente Antifascista é hoje uma realidade. A classe operária vê os seus partidos unificarem-se, a unidade antifascista está a abranger todas as forças progressistas, todo o Povo, toda a Pátria. A solidariedade internacional demonstrada pelos trabalhadores de todo o Mundo é outro poderoso contributo para a vitória final. Venceremos, camaradas.»

Foi ainda sob os aplausos que foi em seguida anunciada a constituição do Comité Permanente de Solidariedade Portugal-Chile e aprovadas várias moções de protesto.

«Era 1 hora quando findou a sessão, prova entusiástica de que o Portugal libertado não esquece o Chile oprimido.»

«O exemplo do que ocorreu e ocorre no Chile mostra-nos muito do que não devemos permitir que se faça em Portugal e mostra-nos muito do que é preciso fazer para que os reaccionários e fascistas portugueses não consigam alcançar os seus objectivos, não consigam esbulhar de novo o Povo Português das liberdades democráticas e regressar ao regime de terror e opressão, naturalmente muito mais violento e feroz do que aquele que o 25 de Abril derrubou. Uma contra-revolução vitoriosa nunca perdoo aos que tiveram a audácia de se libertar. Tentar dividir as forças democráticas, tentar criar por toda a parte a instabilidade social e económica e o descontentamento, subtrair do apoio à revolução certas camadas ou grupos da população, particularmente as camadas médias, neutralizar outras, servir-se de grupos «esquerdistas» para polarizar as lutas à volta de reivindicações irrealistas e colocar frequentemente o problema em termos de capitalismo/socialismo, quando do que se trata ainda é apenas de democracia ou fascismo, são alguns dos processos de actualização das forças contra-revolucionárias, comuns a qualquer lugar da Terra onde condições também comuns lho permitam.»

«Ter sempre presente que tudo o que prejudique e enfraqueça a unidade das forças democráticas e populares favorece a reacção e o fascismo é um ensinamento que os democratas portugueses têm o dever de não esquecer.»

Em nome da Associação Portuguesa de Escritores, Manuel Ferreira traçou o quadro da política-fascista de repressão à cultura, seguindo-se no uso da palavra o estudante João Franklin, da Comissão Pró-UNEP, que saudou a resistência chilena e afirmou a solidariedade da juventude portuguesa a essa luta.

O escritor Alexandre Babo-troux igualmente, a fraterna saudação da Liga para o Inter-câmbio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas.

Viriato Soares, representando a Inter-sindical Nacional denunciou os crimes fascistas no Chile e assegurou a presença activa dos trabalhadores de Portugal na batalha comum para pôr termo à vaga repressiva naquele país e devolver ao povo chileno as conquistas alcançadas pelo Governo de Unidade Popular.

Falou ainda em nome do

Movimento da Juventude Trabalhadora César Rogadas que afirmou:

«Durante três anos de liberdade no Chile, a juventude chilena participou na construção de uma nova sociedade.»

«O desenvolvimento da sociedade chilena era seguido por nós, passo a passo, com admiração e simpatia, o que nos dava ânimo e coragem na nossa luta.»

Emocionada, a assistência escutou de pé as últimas palavras do Salvador Allende no momento em que as tropas comandadas por oficiais fascistas se lançavam ao assalto do palácio de La Moneda.

«Trabalhadores da minha Pátria: tenho fé no Chile e no seu destino» — disse Salvador Allende momentos antes de ser assassinado. — «Outros homens não de supér este momento de cinza e de amargura em que a tração pretende impor-se. Fiquem sabendo que cedo se abrirão as grandes alamedas pelas quais há-de passar o homem livre para construir uma sociedade melhor.»

«Venceremos, camaradas» — afirmou Eduardo Rojas

O último discurso foi pronunciado por Eduardo Rojas, membro do Comité Central do MAPU — Obrero e Campesino.

«É quase impossível descrever a forma como foram ditas e escutadas as palavras do companheiro chileno. Voz embargada e contida, Eduardo Rojas fez a história do Governo de Allende. Os milhares de pessoas que enchiam o pavilhão passavam do silêncio atento às mais entusiásticas expressões de apoio.»

Foi uma multidão emocionada, que escutou as últimas palavras do aquilão de luta que foi traçado:

«Com a queda de Allende, o meu país foi alvo de uma mudança dramática: o balanço pode resumir-se em 20 000 mortos, 30 000 prisioneiros políticos, sindicatos proibidos, associações encerradas, actividade estudantil interdita, partidos proibidos, tortura, desprezo pelos direitos humanos. Porém, por mais criminosa, assassina e repressiva que a reacção se mostre, os seus dias estão contados, e a experiência de Portugal mostra-o. Os companheiros que resistem heroicamente no interior do país fizeram uma profunda autocritica. Aprenderam que a causa principal da derrota foi o povo não ter sabido construir a sua unidade no momento decisivo da luta. A classe operária e o povo do Chile aprenderam duramente o valor da unidade, porque hoje a repressão não distingue o cristão e o marxista e sobre todos se abate. No entanto, esta repressão feroz veio criar mais condições para a construção da unidade. A Frente Antifascista é hoje uma realidade. A classe operária vê os seus partidos unificarem-se, a unidade antifascista está a abranger todas as forças progressistas, todo o Povo, toda a Pátria. A solidariedade internacional demonstrada pelos trabalhadores de todo o Mundo é outro poderoso contributo para a vitória final. Venceremos, camaradas.»

Foi ainda sob os aplausos que foi em seguida anunciada a constituição do Comité Permanente de Solidariedade Portugal-Chile e aprovadas várias moções de protesto.

«Era 1 hora quando findou a sessão, prova entusiástica de que o Portugal libertado não esquece o Chile oprimido.»

# VIBRANTE PARTICIPAÇÃO DO POVO DO PORTO NO APOIO AO CHILE

Tiveram grande projecção e traduziram os sentimentos de profunda solidariedade com a luta do povo do Chile as manifestações organizadas no Porto dentro da Semana Internacional de Solidariedade ao Chile. Dezenas de milhares de Apelo ao Povo do Porto foram distribuídos na cidade e arredores, subscritos pela Comissão Organizadora: Conselho Português para a Paz e Cooperação, MDP, MJT, MD das Mulheres e Jornal «A Opinião», com o apoio do PCP, PS, União dos Estudantes Comunistas Juventude Socialista e Comissão Pró-UNEP.

No dia 4, foi aberto na Praça do Município um pavilhão, com uma exposição fotográfica documentando a repressão que se abateu sobre os trabalhadores, os democratas e patriotas chilenos. Foi organizada ainda uma venda de livros sobre a resistência chilena e um selo editado pela Comissão. Milhares de pessoas, durante a semana, pas-

siência da resistência em Portugal — a importância da solidariedade e apoio internacionais. Os portugueses estão com os seus irmãos chilenos, o Chile não está só, proclamou no final o nosso camarada.

Durante esta intervenção e todas as que se lhe seguiram, os participantes clamaram em uníssono estribilhos contra os fascistas chilenos, «Pinochet fascista assassino», e de apoio ao Chile, «O Chile vencerá», «Abaixo a reacção», «Viva o heroico povo do Chile».

Foi particularmente vibrante a manifestação de solidariedade relativamente aos presos políticos, como Luís Corvalan e dirigentes de outros partidos da Unidade Popular.

Os vários oradores que se seguiram no uso da palavra traçaram, no seu conjunto, o panorama da situação do Chile antes e depois do golpe militar fascista e expressaram a solidariedade unânime dos democratas, dos jovens traba-



O teatro Sã da Bandeira, no Porto, foi pequeno para albergar todos os que quiseram afirmar a sua solidariedade à luta no Chile

saram pelo pavilhão e assinaram o abaixo-assinado de solidariedade.

No dia 9 o MDM realizou uma tarde infantil com desenhos e pinturas de crianças dos 4 aos 12 anos. Mais tarde foram expostas e utilizadas na angariação de fundos de solidariedade.

## Grande comício popular

Ponto culminante da adesão e entusiasmo popular foi o grande comício organizado no Teatro Sã da Bandeira. Cerca de 2000 portuenses, tantos quantos comportava a lotação do cinema, as colinas, e todos os espaços livres. Presidiu o dr. Armando de Castro, do Conselho Português, que chamou para a mesa de baixo dum enorme ovação que durou vários minutos o chileno José Ojarc, que foi ministro do Trabalho do Governo de Unidade Popular e milita hoje nas fileiras da resistência clandestina à Junta militar fascista de Pinochet.

O cinema e o palco estavam decorados com cartazes da Semana um grande retrato do Presidente Salvador Allende, a bandeira nacional do Chile ao lado da bandeira portuguesa e do símbolo do Conselho Mundial da Paz. Foram chamados para a Mesa representantes das organizações que convocaram o comício bem como do PCP, da UEC e Juventude Socialista, por Júlio Cardoso em nome dos elementos do Porto do Conselho para a Paz.

José Carlos Almeida suplente do CC e da DORN do PCP, saudou o companheiro chileno e transmitiu-lhe as fraternais e calorosas saudações de combate dos comunistas do Norte. Prestou homenagem aos companheiros caídos no Chile, a Salvador Allende, salientou a resistência popular ao fascismo e o combate clandestino. Salientou a importância para todos os povos das vitórias e derrotas em cada país, e — comprovando-o com a própria expe-

lhadores e estudantes das mulheres de todos os trabalhadores e do povo português aos chilenos na resistência. Várias intervenções referiram o carácter internacional da reacção e das manobras imperialistas contra o exercício dos direitos democráticos e o usufruto das riquezas nacionais por cada povo.

De resto, a exibição de um filme sobre o Chile, sobre a vitória de Allende e a 1 Setembro de 70 e o golpe fascista em Setembro de 73, constituiu um documento do processo que se desenvolveu no Chile e a perspectiva de dura e árdua luta que se oferece ao povo desse país mártir.

Vibrante e longamente aclamado, falou então José Ojarc. Escutado atentamente, traduzindo a emoção que o tomava pelo calor que tem verificado em Portugal relativamente à luta do seu povo, traçou claramente o quadro da situação no Chile, de hoje e os factores que proporcionaram o advento do fascismo. As referências à necessidade constante de defender a unidade das forças democráticas, única forma de combater a unidade das forças da direita e da reacção foram motivo de aclamações da assistência. A intervenção de José Ojarc ofereceu aos presentes a possibilidade de assimilarem alguns aspectos da situação chilena que, não sendo aplicáveis à situação portuguesa, devem no entanto ser objecto de estudo e reflexão pelos democratas portugueses. «O povo do Chile vencerá» clamavam os participantes nesta jornada de solidariedade do povo do Porto ao Chile em luta, interrompendo por várias vezes a intervenção do companheiro do Chile.

O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»

«O Chile não está só! Estamos, os portugueses, com o povo chileno! Agora e enquanto for dominado pelo regime fascista que pôs fim à democracia, à paz e à independência do Chile.»



O cartaz colocado em frente da Câmara Municipal do Porto, no topo da Av. dos Aliados

# NAS TERRAS DA GUINÉ-BISSAU GANHA-SE A BATALHA DA PAZ



Cabral encerradas com o elogio de Amílcar e o minuto de silêncio em homenagem ao herói assassinado pelo colonialismo. A entrega das instalações dessa potente emissora às equipas técnicas da nova república não mortificou o pessoal português. «Tivemos ali poucos dias antes e acompanhámos a alegria com que todos os trabalhadores portugueses da «Voz da Guiné», desde o director aos locutores, se empenhavam em deixar tudo na melhor ordem, arrumando caixotes com um equipamento moderníssimo acabado de chegar da Europa e que nem chegou a ser desmontado. Levá-lo conosco seria prejudicial, comentou um funcionário.

BISSAU — «Nesta cidade não se passa nada. Vin para filmar as festas da Independência e não há festas. Nesta cidade tudo é absurdo. A guerra foi esquecida e os soldados andam pelas ruas desarmados e conversam com os milicianos do PAIGC. Perdi o meu tempo.»

Guiné-Bissau. Amílcar Cabral nasceu a 12 de Setembro de 1924, o PAIGC foi fundado a 19 de Setembro de 1963; a independência proclamada a 24 de Setembro de 1973. Será, portanto, no dia 24 do corrente, aniversário da declaração de Madina Boé que o país terá a sua festa nacional.

Obviamente essa decisão política não diminuiu o significado e a emoção dos actos de transferência de poderes realizados em todo o território continental como consequência do Acordo de Argel nem reduziu a importância do reconhecimento oficial da República pelo Estado português. As palavras pronunciadas em Lisboa no dia 10 tiveram aqui o eco profundo. Oficializaram o fim de uma

ra e os seus hábitos de consumo e as suas formas de comportamento social colocam ao PAIGC problemas de solução difícil. Alguns deles, infelizmente imediatos. Mas o Partido do povo da Guiné e o Estado prepararam-se para enfrentar todos os obstáculos previsíveis com um senso de responsabilidade inusitado. O esforço realizado na formação de quadros (e tudo o que existe é insuficiente) afigurava-se a muitos observadores superfluo no contexto de um conflito militar sem perspectivas de desfecho a curto prazo. Encontra, hoje, a sua justificativa e recompensa.

Os heróis ascéticos  
A boa vontade das Forças Armadas Portuguesas e o seu propósito de cooperar em todos os domínios e níveis com os representantes da República da Guiné-Bissau de pouco serviria se esses elementos não estivessem plenamente à altura das exigências do momento. Mas estavam. Quando os primeiros dirigentes políticos do PAIGC e os primeiros combatentes das FARP foram identificados nas ruas de Bissau pelos seus uniformes caqui ou verde oliva, tornaram-se logo alvo de intensa curiosidade. A população africana resistira sempre (salvo uma minoria de parasitas corrompidos pelo sistema e que constituem uma espécie de lupemproletariado lunar), resistira sempre ao veneno da propaganda fascista e colonialista. Não levava a sério as desdidas históricas sobre os «bandoleiros e assassinos» do PAIGC. Os próprios civis portugueses — uns 3000 entre funcionários e comerciantes — respeitavam os «adversários» que o colonialismo cobria de injúrias. Os discursos e mensagens de Amílcar Cabral circulavam de mão em mão e pouca gente conseguia mostrar-se insensível à grandeza e autenticidade que transpareciam de cada tomada de posição de cada denúncia, de cada apelo do grande revolucionário. Mas raros também tinham uma noção exacta da capacidade dos quadros do PAIGC como homens de paz, como negociadores, como herdeiros, numa palavra, das responsabilidades ligadas ao exercício do Poder. Ora, a qualidade dos elementos que receberam a incumbência de representar o Partido e o Estado guineense numa fase de transição complexa surpreendeu os mais optimistas. A transferência de poderes no Continente — concluída no dia 10 — cumpriu-se sem qualquer incidente.

Guerra, merece ser recordado até porque se repetiu posteriormente em numerosas cidades, vilas e praças fortes. O coro dos combatentes do PAIGC e a cerimónia do arrear da bandeira portuguesa e do hastear da bandeira da República da Guiné-Bissau, efectuado com a presença de unidades dos dois países emocionaram todos os que assistiram ao acontecimento. Não houve lágrimas nos olhos, mas orgulho nos peitos. A entrega de Cacine foi um acto de paz do qual todos saíram, se possível, mais dignos.

Reveladoras deste espírito de fraternidade foram as palavras proferidas pelo comandante Juvêncio Gomes, membro do Conselho Superior de Luta e primeiramente delegado do PAIGC junto do representante do Governo Português em Bissau. «Durante quase 18 anos da nossa luta, portanto 18 anos de existência do nosso partido», afirmou — nós temos, através do nosso camarada Amílcar Cabral, militante n.º 1 do nosso Partido e fundador da nossa nacionalidade, contado ao mundo quais são os objectivos da nossa luta, que nunca foi feita contra o povo português, mas sim contra um tipo de dominação e opressão do nosso povo, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Portanto, a nossa luta travada por muitos anos de sacrifícios, mas com coragem e confiança sempre no futuro conduziu-nos a um dos pontos da nossa terra onde vivemos este momento histórico. Portanto, a minha voz não pode deixar de saudar todos os filhos do Povo português que estão presentes aqui neste momento, e que durante anos foram mandados à força fazer uma guerra injusta contra o nosso povo, mas que o nosso Partido, e todos os nossos combatentes e militantes souberam distinguir claramente. Neste momento, quando os portugueses abandonam Cacine, uma localidade situada numa das primeiras áreas libertadas da nossa terra — região histórica onde foi realizado o 1.º Congresso do nosso Partido — não posso deixar de dirigir palavras de felicidade para todos os jovens portugueses aqui presentes. Nós congratulamo-nos por estarmos lado a lado com os heróis dos filhos de Portugal que fizeram o 25 de Abril e desejamos felicidades a todos e que continuem firmes na defesa da causa justa do povo português. Viva a unidade do povo. Viva o PAIGC. Viva o Movimento das Forças Armadas.»

A jornada de Cacine foi apenas uma entre muitas. Como a de Vila, a de Farim, a do Gabu, a de Mansoa e tantas outras. Como a de Batá onde o povo fez entrar a festa pela madrugada, convidando os soldados portugueses a cantar e dançar, como seus irmãos.



Tropas do PAIGC quando da transferência de poderes em Cacine

nável. O impossível aparente tornou-se real e ninguém, entre as massas, se mostra surpreendido. Não há multidões efervescentes nas ruas, não há explosões de euforia temporárias, não há ódio nos corações.

«isto excede a minha capacidade de compreensão — dizia há dias entre dois scotch, em Bissau, um repórter de Nova Iorque. — Estive na Malásia, nos Laos, no Vietname, na Argélia. E nunca assistí a coisa semelhante. Não entendo nem os guineenses nem os portugueses...»

ligadas à tradição africana mas profundamente originais. A construção do futuro e do homem novo à escala nacional envolve assim um desafio tanto maior quanto terá de partir de modelos forjados nas condições mais desfavoráveis em função permanente dos imperativos militares de uma luta de libertação nacional. Foi na Guiné dos campos e das florestas do interior, na Guiné que resistiu ao colonialismo, que adquiriram a sua tempera de combatentes e de reformadores sociais — na aceção mais ampla do termo — os homens que após uma verdadeira epopeia chegam agora todos os dias em número crescente a Bissau, tornando real o sonho da unidade e da independência nacionais. Poderia dizer-se que a Guiné das tabancas humildes, heróica e paciente, entra pela primeira vez na Guiné dos edifícios, dos automóveis, do capitalismo dependente para colocar o centro nervoso onde pulsava a vida económica da colónia a serviço de um processo democrático humanista e revo-

lucionário que a África inteira acompanha com esperança e absorvente interesse. «O objectivo — como disse Luis Cabral — é desenvolver o país e não a realidade é o mais atrasado, constituindo uma hipoteca sobre o futuro. Bissau é uma ponte entre um povo de camponeses purificados pela guerra de libertação e estruturas sociais e culturais do século XX distorcidas por todos os vícios do colonialismo e do imperialismo. Está sofrendo agora o maior

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

guerra, merece ser recordado até porque se repetiu posteriormente em numerosas cidades, vilas e praças fortes. O coro dos combatentes do PAIGC e a cerimónia do arrear da bandeira portuguesa e do hastear da bandeira da República da Guiné-Bissau, efectuado com a presença de unidades dos dois países emocionaram todos os que assistiram ao acontecimento. Não houve lágrimas nos olhos, mas orgulho nos peitos. A entrega de Cacine foi um acto de paz do qual todos saíram, se possível, mais dignos.

Reveladoras deste espírito de fraternidade foram as palavras proferidas pelo comandante Juvêncio Gomes, membro do Conselho Superior de Luta e primeiramente delegado do PAIGC junto do representante do Governo Português em Bissau. «Durante quase 18 anos da nossa luta, portanto 18 anos de existência do nosso partido», afirmou — nós temos, através do nosso camarada Amílcar Cabral, militante n.º 1 do nosso Partido e fundador da nossa nacionalidade, contado ao mundo quais são os objectivos da nossa luta, que nunca foi feita contra o povo português, mas sim contra um tipo de dominação e opressão do nosso povo, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Portanto, a nossa luta travada por muitos anos de sacrifícios, mas com coragem e confiança sempre no futuro conduziu-nos a um dos pontos da nossa terra onde vivemos este momento histórico. Portanto, a minha voz não pode deixar de saudar todos os filhos do Povo português que estão presentes aqui neste momento, e que durante anos foram mandados à força fazer uma guerra injusta contra o nosso povo, mas que o nosso Partido, e todos os nossos combatentes e militantes souberam distinguir claramente. Neste momento, quando os portugueses abandonam Cacine, uma localidade situada numa das primeiras áreas libertadas da nossa terra — região histórica onde foi realizado o 1.º Congresso do nosso Partido — não posso deixar de dirigir palavras de felicidade para todos os jovens portugueses aqui presentes. Nós congratulamo-nos por estarmos lado a lado com os heróis dos filhos de Portugal que fizeram o 25 de Abril e desejamos felicidades a todos e que continuem firmes na defesa da causa justa do povo português. Viva a unidade do povo. Viva o PAIGC. Viva o Movimento das Forças Armadas.»

A jornada de Cacine foi apenas uma entre muitas. Como a de Vila, a de Farim, a do Gabu, a de Mansoa e tantas outras. Como a de Batá onde o povo fez entrar a festa pela madrugada, convidando os soldados portugueses a cantar e dançar, como seus irmãos.

dominação colonial de cinco séculos. Vieram confirmar uma verdade incessantemente recordada pelo «Avante!»: o povo português não poderá ser totalmente livre enquanto os povos das colónias não o forem também.

A originalidade do processo de descolonização da Guiné está impressionando toda a Humanidade. Os acordos e tratados não resolvem os problemas das sociedades humanas se o seu espírito não traduzir as suas aspirações mais fundas. Ora, aqui, o desejo de paz desembocou na mais comovedora das cooperações entre dois povos amigos que, por força da dominação e do opressão do fascismo e do colonialismo, tinham sido envolvidos numa guerra fratricida. Se alguma dúvida subsistia fora da Guiné em torno da transformação das intenções em factos, as primeiras cerimónias de passagem de poderes realizadas no Sul dissiparam todos os temores. Ninguém teve medo da linguagem da verdade na hora de encontros que marcavam o fim de uma era. Mas esses encontros não tiveram o sabor de um adués nem o formalismo seco de uma despedida rancorosa. Assumiram a feição de um diálogo aberto entre homens que, sem olvidar um passado sombrio, aprenderam a respeitar-se e admirar-se mutuamente e querem falar sem vassalagens.

Em Bissau — onde, por acordo entre as partes, a bandeira portuguesa somente se arreada a 31 de Outubro — respira-se também uma atmosfera de harmonia. Oficiais portugueses, quando precisam resolver problemas urgentes, dirigem-se à sede do PAIGC ou à residência do de-

cimento usado daria para asfaltar todas as estradas do país...»

Palavras, tranquilizadoras  
No noite do dia 6 a antiga capital teve pela primeira vez a oportunidade de ouvir, num acto oficial, a palavra de um membro eminente do Governo da República da Guiné-Bissau, a Associação Comercial encheu-se de comerciantes e outros homens de negócios para assistir a uma lúcida exposição do Comissário para a Economia, dr. Vasco Cabral que, no final, respondeu a todas as perguntas formuladas pelos presentes. O responsável principal pela execução da política económica reafirmou com firmeza a linha ideológica e programática do Partido. Mas desfez também muitas dúvidas e receios injustificados. Deixou claro que os direitos de todos os que viver honestamente na Guiné e não foram cúmplices dos crimes do colonialismo serão respeitados no interesse do próprio país. Pediu-lhes mesmo sugestões e uma cooperação leal. Uma frase impressionou favoravelmente os mais tímidos e conservadores. No início — revelou —

guardada no vasto e prioritário terreno da educação e cultura. E as perspectivas são excelentes, como acentuou ao exprimir a sua satisfação por ter recebido uma mensagem humaníssima e fraternal da Humanidade Portuguesa de Escritores.

No dia seguinte, o aparecimento em público de Vasco Cabral era qualificado de histórico nos cafés de Bissau. Felizmente a Guiné vive dias em que os acontecimentos históricos são diários. Decorridas 48 horas, o país inteiro escutou pela primeira vez a voz de um dirigente seu em transmissão do posto regional da Emissora Nacional, a «Voz da Guiné». Era a gravação das palavras de Vasco

os ressentidos, os incapazes de vencer as sequelas e os complexos colonialistas refugiavam-se no silêncio. O espírito de colaboração observava até no sector privado. A pequena e a média burguesia de origem portuguesa ou cabo-verdeana não esconde em conversas informais a sua simpatia pelo PAIGC. Mas essa atitude é recente e não se pode antecipar qual será o comportamento de muitos comerciantes em face de situações concretas que os afectem. Com a saída das tropas portuguesas, as importações de produtos superfluos vão sofrer uma redução drástica. De outro lado, os comerciantes — a única indústria existente produz cerveja — não passa de uma simples fíal — demonstram ter um conhecimento mínimo das questões fundamentais que preocupam o PAIGC e serão determinantes no tocante às opções que se avizinham. Mas se o nível da consciência política é muito baixo, nem por isso a pequena burguesia acompanha com menos interesse um debate cuja significação profunda lhe escapa e a transcendente.

A festa adiana  
A grande Imprensa internacional havia anunciado com antecedência grandes festas para o dia 10 de Setembro. Depois, informou-se que as comemorações se limitariam a uma cerimónia em Madina Boé, capital da nova República. Mas não houve festas oficiais nem solenidades públicas.

Bissau, a cidade  
Bissau, entretanto, não é uma cidade fechada, não perdeu a memória e não parou no tempo. Mas as mudanças do quotidiano, galopantes, são inapreensíveis para a maioria dos visitantes do Ocidente capitalista. O quadro desorienta-os, por não se adaptarem ao figurino imaginado. Os instrumentos de análise de que dispõem são inadequados. Encontram uma cidade africana da Costa Ocidental em que o ritmo de vida é paorhorrento. As mulheres usam as mesmas túnicas que eles viram em Conakry ou Dakar; os homens vestem as mesmas camisas estampadas (muitas com o rosto de Amílcar Cabral) cobrem as cabeças com os mesmos gorros; os velhos exibem os mesmos majestosos bubus. O ruído dos mercados populares, o odor acre do que sobe da terra húmida e azafama alegre e caótica dos que compram, vendem, falam e riem inserem-se num quadro de subdesenvolvimento e imobilismo.

Militantes e soldados do PAIGC saúdam o hastear da bandeira da Guiné-Bissau em Cacine

legado do Partido, ao lado do Palácio do Governo ou ainda ao edifício onde morava o director da PIDE transformado em centro de trabalho desde as aldeias até às cidades e não ao contrário. A integração harmoniosa do camponês no mundo moderno terá prioridade sobre a transformação das condições de vida na única cidade importante. E é compreensível que se proceda desse modo. A população de Bissau (80.000 habitantes) duplicou com a guer-

Assinalando a assinatura do protocolo em que o Estado Português reconhece oficialmente a independência da República da Guiné-Bissau, o CC do PCP enviou ao Conselho Superior de Luta do PAIGC ao Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau e ao Conselho de Comissários da República da Guiné-Bissau uma mensagem na qual se afirma:

O dia de hoje, que dá a vitória aos heróicos sacrifícios de tantos anos de luta, durante os quais caíram grandes patriotas como Amílcar Cabral, é um dia grande dia de júbilo e de festa para vós. Mas é, também, um dia para os comunistas portugueses, para todos aqueles que em Portugal, nas difíceis condições do fascismo, sofrendo perseguições, prisões e torturas, sempre luaram contra o colonialismo e a guerra colonial. Com a vossa plena independência, com o reconhecimento pelo Governo Português da República da Guiné-Bissau, proclamada há um ano, realiza-se um dos grandes objectivos da nossa luta comum. E uma grande vitória do heróico povo da Guiné-Bissau. E uma vitória do povo português, que com a independência da Guiné-Bissau dá um grande passo mais para a consolidação do regime democrático instaurado em Portugal após o 25 de Abril. E uma vitória do Movimento das Forças Armadas que derrubou a ditadura fascista e que, em aliança com as forças democráticas portuguesas, defende com firmeza o direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Com a vossa total libertação e pleno reconhecimento da independência, uma nova vida vai iniciar-se na Guiné-Bissau, no desenvolvimento das bases do novo Estado já lançadas nas regiões libertadas.

Desajamnos ardentemente que essa nova vida que hoje se inicia para o nosso país traga rapidamente grandes sucessos ao povo da Guiné-Bissau, permitindo o seu desenvolvimento nacional, no plano económico, cultural e humano.

Desajamnos também ardentemente que, nesta nova fase da história, se abra uma viragem radical nas relações entre os nossos dois países, na base da sincera amizade e solidariedade que nos uniu durante a dura luta contra o fascismo e o colonialismo. Consideramos tais relações de interesse mútuo para os dois povos.

Confiámos em que muito rapidamente, elas serão concretizadas através de acordos e contactos que estabeleçam uma larga cooperação económica, técnica e cultural entre o povo português e o povo da Guiné-Bissau, na base da livre decisão, completa igualdade, não intervenção nas questões internas e respeito pelos interesses recíprocos.

Todos os trabalhadores portugueses, todos os democratas e patriotas portugueses têm razões para desejar o rápido estabelecimento e fortalecimento dessas novas relações entre os dois povos, finalmente livres.

Mensagem do PCP ao PAIGC

Assinalando a assinatura do protocolo em que o Estado Português reconhece oficialmente a independência da República da Guiné-Bissau, o CC do PCP enviou ao Conselho Superior de Luta do PAIGC ao Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau e ao Conselho de Comissários da República da Guiné-Bissau uma mensagem na qual se afirma:

O dia de hoje, que dá a vitória aos heróicos sacrifícios de tantos anos de luta, durante os quais caíram grandes patriotas como Amílcar Cabral, é um dia grande dia de júbilo e de festa para vós. Mas é, também, um dia para os comunistas portugueses, para todos aqueles que em Portugal, nas difíceis condições do fascismo, sofrendo perseguições, prisões e torturas, sempre luaram contra o colonialismo e a guerra colonial. Com a vossa plena independência, com o reconhecimento pelo Governo Português da República da Guiné-Bissau, proclamada há um ano, realiza-se um dos grandes objectivos da nossa luta comum. E uma grande vitória do heróico povo da Guiné-Bissau. E uma vitória do povo português, que com a independência da Guiné-Bissau dá um grande passo mais para a consolidação do regime democrático instaurado em Portugal após o 25 de Abril. E uma vitória do Movimento das Forças Armadas que derrubou a ditadura fascista e que, em aliança com as forças democráticas portuguesas, defende com firmeza o direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Com a vossa total libertação e pleno reconhecimento da independência, uma nova vida vai iniciar-se na Guiné-Bissau, no desenvolvimento das bases do novo Estado já lançadas nas regiões libertadas.

Desajamnos ardentemente que essa nova vida que hoje se inicia para o nosso país traga rapidamente grandes sucessos ao povo da Guiné-Bissau, permitindo o seu desenvolvimento nacional, no plano económico, cultural e humano.